



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**Vozes Brancas, Mortes Negras: Configurações do Racismo Institucional no  
Cenário da Segurança Pública**

**Renata Almeida Danin**

**Belém-PA  
2018**

**Renata Almeida Danin**

**Vozes Brancas, Mortes Negras: Configurações do Racismo Institucional no  
Cenário da Segurança Pública**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública.

Área de Concentração: Segurança Pública, Justiça, Conflitos e Cidadania

Linha de Pesquisa: Políticas, Gestão, Direitos Humanos, Criminalidade e Tecnologia da Informação

Orientador: Prof. José Gracildo de Carvalho Júnior, *Dr.*

**Belém-PA  
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- D183v      Danin, Renata Almeida  
              Vozes Brancas, Mortes Negras : Configurações do Racismo Institucional no Cenário da Segurança Pública / Renata Almeida Danin. — 2018  
              78 f.
- Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Segurança Pública (PPGSP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.  
              Orientação: Prof. Dr. José Gracildo Carvalho Júnior
1. Racismo. 2. Racismo Institucional. 3. Análise do Discurso. 4. Cobertura Midiática. I. Carvalho Júnior, José Gracildo , *orient.* II. Título
-

# **Vozes Brancas, Mortes Negras: Configurações do Racismo Institucional no Cenário da Segurança Pública**

**Renata Almeida Danin**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada, para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará.

Belém-PA, 11 de outubro de 2018.

---

Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, Dr.

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública

## **Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. José Gracildo de Carvalho Júnior  
Universidade Federal do Pará  
Orientador

---

Prof. Dra. Sílvia dos Santos de Almeida  
Universidade Federal do Pará  
Avaliadora Interna

---

Prof. Dra. Maély Ferreira Holanda Ramos  
Universidade Federal do Pará  
Avaliadora Interna

---

Prof. Dra. Andréia Bittencourt Pires Chaves  
Universidade Federal do Pará  
Avaliadora Interna

---

Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva  
Universidade Federal do Pará  
Avaliador Externo

---

Prof. M.Sc. Alessandro Sobral Farias  
Instituto de Educação em Segurança do Pará  
Avaliador Externo

**Ao meu amado pai, Ronaldo Danin (*in memoriam*), por tudo.**

## AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Ronaldo Danin (*in memoriam*), por ter sido sempre tão amoroso, dedicado, amigo e grande incentivador de todos os projetos que me fizeram feliz. Inspiração para minha vida e para este trabalho.

A minha mãe, Elizete Danin, pelo exemplo de força, trabalho e vitória em busca de um objetivo. Sem o seu suporte ao longo dos anos, nada disso seria possível.

Ao meu amado esposo, Thiago Reis, pelas muitas idéias, correções, edições e apoio em todos os momentos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, em especial aos professores que o compõem, os quais colaboraram e me incentivaram na caminhada e construção deste trabalho.

Ao professor José Gracildo, pela paciência, compreensão e pela forma que conduziu este trabalho, sendo um agente catalisador importante na sua elaboração.

E a Deus, que me deu forças para seguir em frente, e acreditou em mim mesmo quando ninguém mais acreditava.

*“If you’re not failing, every now and again, it’s a sign you’re not doing anything very innovative.”*

Woody Allen

## RESUMO

DANIN, Renata Almeida. **Vozes Brancas, Mortes Negras: Configurações do Racismo Institucional no Cenário da Segurança Pública.** 2018. 78 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil, 2018.

Esta dissertação se propôs a estudar as configurações do Racismo Institucional que norteiam o cenário da Segurança Pública, trazendo reflexões sobre a sutileza do Racismo e seu impacto na vida da população de raça negra. A cobertura midiática realizada por alguns periódicos internacionais de grande repercussão mundial, geralmente retratam problemas sociais, aspectos negativos, crimes e violência, a partir da publicação de matérias vinculadas à população de raça negra, onde o foco destas divulgações induz o espectador a deparar-se com os problemas supramencionados, ao invés de indicar as causas e principalmente, os possíveis causadores dos fatos, o que invariavelmente suscita uma visão limitada dos acontecimentos compartilhados e configura racismo institucional. O objetivo deste trabalho é avaliar a influência das relações de poder na manutenção do cenário atual onde o negro, pobre e indivíduo de baixa escolaridade, é vitimizado com maiores taxas de letalidade e encarceramento, por estar geralmente associado ao perigoso, ao subalterno e potencial criminoso. Esta pesquisa considerou uma abordagem sociológica do racismo institucional, com estudo qualitativo, onde as variáveis analisadas foram: a cobertura jornalística; aspectos sociológicos; e dados secundários com estatísticas raciais. Para tal, utilizaram-se como ferramentas metodológicas, a análise exploratória de dados, análise do discurso, revisão bibliográfica e pesquisa documental. Os resultados indicaram que a situação dos negros para além do cenário da Segurança Pública, atende às relações de poder que os mantém nesta situação mediante a manipulação midiática e do Racismo Institucional não percebido e enraizado em nossa sociedade.

**Palavras-chave:** Racismo; Racismo Institucional; Análise do Discurso; Cobertura Midiática.



## ABSTRACT

DANIN, Renata Almeida. **White Voices, Black Deaths: Configurations of Institutional Racism in the Public Security Scenario.** 2018. 78 f. Dissertation (Master's in Public Security) Postgraduate Program in Public Security, Federal University of Pará, Belém, Pará, Brazil, 2018.

This dissertation proposed to study the configurations of Institutional Racism that guide the Public Security scenario, reflecting on the subtlety of Racism and its impact on the lives of the black population. The media coverage of some international periodicals with a great worldwide repercussion generally portrays social problems, negative aspects, crimes and violence, from the publication of matters related to the black population, where the focus of these disclosures induces the viewer to come across with the aforementioned problems, instead of indicating the causes and especially the possible causes of the facts, which invariably gives rise to a limited view of shared events and constitutes institutional racism. The objective of this study is to evaluate the influence of power relations on the maintenance of the current scenario where the poor, poor and low education individual is victimized with higher rates of lethality and incarceration, as it is associated with the dangerous, subordinate and potential criminal. This research considered a sociological approach to institutional racism, with a qualitative study, where the analyzed variables were: journalistic coverage; sociological aspects; and secondary data with racial statistics. For this purpose, exploratory data analysis, discourse analysis, bibliographic review and documentary research were used as methodological tools. The results indicated that the situation of blacks beyond the Public Security scenario, attends to the relations of power that keeps them in this situation through media manipulation and Institutional Racism not perceived and rooted in our society.

**Keywords:** Racism; Institutional Racism; Discourse Analysis; Media Coverage.

## LISTA DE FIGURAS

### **CAPÍTULO 2 - ARTIGO CIENTÍFICO 1**

Figura 01 - Probabilidade de um indivíduo sofrer homicídio no Brasil por idade e raça (2010).

Figura 02 - Apropriação da renda domiciliar per capita por raça/cor, por Decis, Brasil (2014).

Figura 03 - Raça, cor ou etnia da população total e pessoas privadas de liberdade no Brasil (2016).

Figura 04 - Faixa etária das pessoas privadas de liberdade no Brasil (2016).

### **CAPÍTULO 2 - ARTIGO CIENTÍFICO 2**

Figura 01 - Reprodução Narrativa e Ideológica das Elites Simbólicas (2008).

Figura 02 - Manchete do Jornal The Washington Post, 23 de março de 2018.

Figura 03 - Nuvem de palavras da versão online do jornal norte-americano The Washington Post, de 23 de março de 2018, coluna Global Opinions, intitulada: *After Marielle Franco's murder, i'm not hopeful for black Brazilians.*

## **LISTA DE QUADROS**

### **CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO 1**

Quadro 01 - Diferenças principais entre Racismo e Racismo Institucional.

### **CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO 2**

Quadro 01 - Análise Comparativa das nuvens de palavras do Corpus da Pesquisa gerada pelo software NVIVO 10.

Quadro 02 - Manchetes dos jornais The New York Times, The Guardian e The Washington Post, março de 2018.

## **LISTA DE SIGLAS**

ACD - Análise Crítica do Discurso

AD - Análise do Discurso

PPGSP - Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública

UFPA - Universidade Federal do Pará

## SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	14
1. INTRODUÇÃO .....	14
1.1. JUSTIFICATIVA.....	15
1.2. PROBLEMATIZAÇÃO.....	17
1.3. HIPÓTESE.....	19
1.4. OBJETIVOS: .....	19
1.4.1. Geral .....	19
1.4.2. Específicos.....	19
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	20
2.1. RACISMO.....	20
2.1.1. Racismo e Violência Letal.....	23
2.2. RACISMO INSTITUCIONAL .....	24
2.3. RAÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.....	25
3. METODOLOGIA .....	28
3.1. Quanto à natureza.....	28
3.2. Quanto aos objetivos .....	28
3.3. Quanto à técnica de análise de dados .....	29
3.4. Execução da Pesquisa.....	29
CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO 1 .....	30
CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO 2.....	46
CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS, RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS E CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE.....	68
REFERÊNCIAS CAPÍTULO 1 .....	70
ANEXOS - CARTAS DE ACEITE, CERTIFICADO DE TRABALHO APRESENTADO E DIRETRIZES DA REVISTA RUA (QUALIS B1).....	74

## CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em uma pesquisa sobre racismo institucional, e busca compreender os mecanismos utilizados para perpetuar esta prática em nossa sociedade e sua influência no contexto da segurança pública. O trabalho conta com a apresentação de dois artigos, o primeiro será um ensaio teórico trazendo as bases do racismo institucional que é o nosso objeto de estudo, o segundo artigo se debruçará sobre a influência da mídia na manutenção deste cenário reproduzindo o racismo discursivo trabalhado a partir de uma Análise do Discurso. Certos autores mesmo utilizando abordagens distintas concordam que o racismo e suas consequências ocorrem em todo o mundo, respeitando suas devidas características locais, tal como é demonstrado em estudos feitos por Wacquant (2009), Cerqueira; Moura (2014) e Andrade; Andrade (2014).

A grande desigualdade entre brancos e negros no Brasil se reflete na segurança pública. Essa desigualdade é explicitada pelas maiores taxas de vitimização da população negra no que diz respeito à violência, acesso à saúde, educação, moradia e lazer. Devido à situação de insegurança no país, é alta a exposição da população geral à morte violenta, porém ser negro corresponde a pertencer a uma população de risco: ser da cor negra faz aumentar em cerca de oito pontos percentuais a probabilidade de o indivíduo ser vítima de homicídio. Outro dado importante é que para cada indivíduo não negro assassinado, três negros sofrem homicídio (CERQUEIRA; MOURA, 2014).

De acordo com constatações feitas por peritos da Organização das Nações Unidas, os negros, além de serem os que mais são assassinados e com a menor expectativa de vida, também possuem as menores médias de escolaridade e de salários, a maior taxa de desemprego, o pior acesso a saúde e a menor participação no Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, são os que mais lotam as prisões, onde o risco de vitimização aumenta substancialmente (ONU, 2014).

De acordo com constatações feitas por peritos da Organização das Nações Unidas, os negros, além de serem os que mais são assassinados e com a menor expectativa de vida, também possuem as menores médias de escolaridade e de salários, a maior taxa de desemprego, o pior acesso a saúde e a menor participação no Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, são os que mais lotam as prisões, onde o risco de vitimização aumenta substancialmente (ONU, 2014).

## 1.1. JUSTIFICATIVA

Observadas as taxas de homicídios no Brasil, a ocorrência de vítimas negras segue padrão diferente das identificadas entre as brancas (SOARES FILHO, 2011). Entre negros, a tendência é de crescimento do risco de morte, enquanto diminui a taxa entre brancos, exacerbando as desigualdades na morte por homicídios. Neste sentido ou luta-se pela igualdade, ou viveremos em um arquipélago de ilhotas de opulência e de privilégios perdidos no seio de um oceano frio de miséria, medo e desprezo pelo outro (WACQUANT, 2009).

A situação de extrema fragilidade da população negra não é peculiar ao Brasil. À gestão da miséria nos Estados Unidos, que se confunde muitas vezes com o controle de negros e latinos, se expressa no crescente encarceramento de parte dessa população. Os Estados Unidos definem o cárcere como opção para governar os desafortunados num país extremamente ligado ao consumismo. Expandindo gastos públicos para confirmar sua administração penal, gastando excessivamente em penitenciárias e prisões, prendendo cada vez mais, midiaticizando ações de segurança pública de forma a demonstrar aos eleitores descontentes com o aumento da criminalidade que o Estado faz sua parte em prender “vagabundos” e “desocupados” (WACQUANT, 2009).

[...] o corte dos programas sociais retoma o áspero caminho rumo à ascensão da miséria e da violência ao hipertrofiar o direito penal e sua força sancionadora, buscando os locais de guetos e onde se encontrarem as famílias mais pobres, que passam a ser em maior número tendo em vista a redução dos programas sociais do Estado. A destruição do Estado social e a hipertrofia súbita do Estado penal são dois desenvolvimentos concomitantes e complementares, ou seja, o estabelecimento de um governo da miséria. (WACQUANT, 2009, p. 85).

Estudos brasileiros abordam a mortalidade da população negra como produto das desigualdades raciais (BRASIL, 2005). Análises destacam que há diferenças significativas de risco de morte entre negros e brancos, mesmo quando se controla a taxa pela escolaridade do indivíduo (SOARES FILHO, 2007). Porém nem todas as desigualdades observadas são frutos de processos discriminatórios (PINHEIRO, 2008). De fato, parte delas pode ser explicada, também, por questões sociais relacionadas. Nesse cenário, a urgência no Brasil, como na maioria dos países, é lutar em todas as direções não contra criminosos, mas contra a pobreza e a desigualdade (WACQUANT, 2009).

O canal que associa diretamente o racismo e a letalidade de afrodescendentes passa pelos estereótipos sobre o papel dos negros na sociedade, estereótipos que os associam a indivíduos perigosos ou criminosos, o que pode aumentar a sua probabilidade de vitimização,

além de perpetuar determinados estigmas. A imaginada associação que é feita do indivíduo negro com o mundo do crime e da delinquência.

[...] mantem-se presente no que poderíamos chamar de imaginário coletivo, ou de forma mais específica, nas próprias dinâmicas da vida cotidiana. Estas, por sua vez, agem no sentido de atribuir ao negro uma potencialidade criminosa. (ANDRADE; ANDRADE, 2014, p. 260).

O Brasil carrega o peso histórico de ter sido um dos últimos países a abolir a escravidão. E apesar da alegação de sermos uma “democracia racial”, sabe-se que isso não ocorre na prática. Os negros e pobres são os que mais morrem. São eles também os que mais lotam as nossas prisões e que sofrem cotidianamente com o racismo na sociedade, sentido inclusive no tratamento dispensado pelas instituições estatais, entre as quais as de segurança pública. Para De Faria, Ferreira e Coutinho (2014), esta temática torna-se complexa, pois além de envolver critérios individuais, herdaram-se características históricas de uma sociedade patriarcal e escravocrata.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA mostram que os negros têm uma perda 114% maior do que os brancos em sua expectativa de vida por causa dos homicídios. Enquanto o homem negro perde, em média, 20 meses em sua expectativa de vida, a perda do homem branco é pouco maior do que oito meses (CERQUEIRA; MOURA, 2014).

Embora a postura do governo brasileiro com relação à promoção da igualdade racial tenha avançado, com a criação da Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR e a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, ainda são tímidas as medidas relacionadas à segurança pública.

Portanto torna-se cada vez mais necessário o desenvolvimento de pesquisas que compreendam a relação entre a dinâmica racial e a sociedade, fomentando o debate, acreditando que esta investigação possa contribuir para o enfrentamento deste problema por parte da sociedade e instituições de segurança pública.

Creemos que esta investigação poderá trazer contribuições importantes para a compreensão da questão racial como um tema transversal a segurança pública. Depreende-se também que uma maior visibilidade permite o avanço das discussões sobre a institucionalização de práticas racistas, ensejando a formulação de políticas públicas que permitam corrigir práticas incompatíveis com o Estado Democrático de Direito.



## 1.2. PROBLEMATIZAÇÃO

Compreender a questão racial no Brasil passa necessariamente por uma discussão e interpretação sobre o racismo, este conceito e demais abordagens decorrentes deste tema, são imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho.

Segundo Waiselfisz (2016), o conceito de Racismo consiste no preconceito e na discriminação com base em percepções sociais baseadas em diferenças biológicas entre os povos. Podendo se refletir em ações sociais, práticas ou sistemas políticos que consideram que diferentes raças devem ser classificadas como superiores ou inferiores com base em características, habilidades ou qualidades comuns herdadas. Também podem afirmar que os membros de diferentes raças devem ser tratados de forma distinta.

Para De Faria, Ferreira e Coutinho (2014), o Brasil é o maior país do mundo em população afrodescendente, fora do continente africano. É o segundo país em população negra depois da Nigéria e o último país a abolir a escravidão negra. Foi também o país que mais importou africanos para serem escravizados.

Atualmente, os negros são as maiores vítimas da violência, o que pode demonstrar que a cor continua a definir os lugares sociais e o direito à vida. No caso das pessoas com a tonalidade da pele mais escura, suas vidas têm menor valor, é o que inúmeros estudos demonstram, dentre eles o Mapa da Violência 2016.

De acordo com as estatísticas, enquanto no período compreendido entre 2003 e 2014, o número de homicídios por arma de fogo dentre a população branca diminuiu 26,1%, dentre a população negra aumentou 46,9%. Enquanto no ano de 2003 morriam, proporcionalmente, 71,7% mais negros do que brancos, em 2014 esse número saltou para 158,9%, ou seja, morrem 2,6 vezes mais negros do que brancos no país (WAISELFISZ, 2016).

Neste sentido, para fomentar a discussão, o conceito clássico de Racismo Institucional que foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, para especificar como se manifesta o racismo nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições. Segundo os autores supracitados, trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica.

Para Wieviorka (2007), o racismo institucional ocorre de duas maneiras, uma é aberta e associada aos indivíduos e a outra não declarada e institucional. Ele mantém os negros em uma situação de inferioridade por mecanismos não percebidos socialmente. É no funcionamento da sociedade, da qual o racismo constitui uma propriedade estrutural inscrita

nos mecanismos rotineiros, assegurando a dominação e a inferiorização dos negros sem que ninguém tenha quase a necessidade de teorizá-los ou de tentar justificá-los pela ciência.

O racismo aparece, assim, como um sistema generalizado de discriminações que se alimentam em círculo vicioso, que assegura a reprodução quase automática da discriminação dos negros na moradia, na escola e no mercado de trabalho (WIEVIORKA, 2007).

No Brasil, atualmente, o conceito de racismo institucional é definido como um modo de subordinar o direito e a democracia às necessidades do racismo. Seu impacto na vida da população negra no Brasil pode ser percebido tanto na relação direta da população com os serviços e as instituições que deveriam garantir seus direitos fundamentais, quanto no cotidiano de suas vidas. O que o racismo institucional produz é não só a falta de acesso e o acesso de menor qualidade aos serviços e direitos, mas é também a perpetuação de uma condição estruturante de desigualdade em nossa sociedade (GELEDES, 2013).

O racismo institucional atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, provocando uma desigualdade na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial.

Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (CRI, 2006, p.22).

Um exemplo atual que nos ajuda a contextualizar o racismo institucional é a polícia militar prender mais negros e pardos e o tratamento diferenciado que ela dispensa ao indivíduo que não é branco, pois o negro e pardo já são vistos como criminosos. Tal pensamento é reflexo do pensamento racista que sempre existiu no Brasil, e difundido no século XVIII e XIX, pelas teorias raciais, assim, o Estado por meio da polícia, acaba encarcerando mais negros e pardos, somado ao fato de serem pobres, e não terem acesso à ampla defesa. O pensamento que corrobora neste raciocínio é o de Wacquant (2009), que afirma que não é a multiplicação de incivilizados que faz um bairro se tornar violento, mas é a decadência econômica e a segregação que, ao minar as possibilidades de vida, alimentam possíveis distúrbios. Desta forma o negro e pobre acaba abandonado à própria sorte, ficando preso, muitas vezes injustamente, ou até mesmo cumprindo uma pena maior do que o crime supostamente cometido. Por sua vez, essa normalidade sinaliza que tais práticas foram

incorporadas à cultura policial, ou seja, fazem parte dos traços compartilhados por todos. Os policiais tendem a relacionar cor negra, a pobreza e criminalidade. Essa relação tem um viés histórico (WACQUANT, 2009). Por esse motivo, focalizaremos nossa investigação na tentativa de esclarecer a relação entre as elites simbólicas de poder e os meios de perpetuação do racismo institucional. E assim responder a seguinte pergunta: as elites simbólicas podem influenciar na perpetuação do racismo institucional?

### 1.3. HIPÓTESE

A sociedade é influenciada por crenças, valores e vivências advindas de Instituições Sociais, que refletem racismo, e se retroalimentam por meio de ideologias, condutas e comportamentos que criminalizam negros e pobres.

### 1.4. OBJETIVOS:

#### 1.4.1. Geral

Compreender de que forma as Instituições Sociais disseminam o racismo e influenciam a Segurança Pública.

#### 1.4.2. Específicos

- Traçar um panorama básico dos pilares de sustentação do Racismo Institucional revisitando sua base teórica e sociológica com ênfase na Segurança Pública;
- Analisar formas de propagação do racismo institucional através da cobertura midiática.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico é basicamente o quadro informativo que estabelece as matrizes para a reflexão e elaboração de uma pesquisa científica. O grande desafio deste trabalho será a compreensão das dimensões do racismo em suas diversas formas, como tema transversal a Segurança Pública no cenário nacional e internacional.

### 2.1. RACISMO

Segundo Munanga (2000), o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o intelecto e o cultural, ou seja, características biológicas determinariam características comportamentais, intelectuais e morais.

O racismo é um sistema de opressão estrutural que cria vantagens para brancos e desvantagens para as minorias raciais. Bento (2002) destaca que pelo menos em alguma instância as pessoas brancas já foram beneficiárias do racismo e assim, a discriminação racial teria como motor a manutenção de privilégios de um grupo sobre o outro.

É importante ressaltar que o conceito de raça utilizado nesta pesquisa está apoiado no conceito de raça como um aspecto propriamente sociológico que se encontra em oposição a uma fundamentação natural, objetiva ou biológica de raça, ou seja, raça é uma construção social e histórica que produz hierarquias e desigualdades entre as diferentes identidades raciais (Guimarães, 2008). Uma exemplificação de que raça é construída socialmente é a diferença existente entre o racismo brasileiro, fundamentado no preconceito de cor, enquanto o norte-americano é construído pela lógica do *one blood drop* em que raça significa a presença ou não de ancestrais brancos ou negros na árvore genealógica familiar, independentemente da cor da pele do sujeito.

De acordo com Piza e Bento (2000), um relatório da Comissão Federal do Ministério do Trabalho dos Estados Unidos identificou estereótipos atribuídos aos negros: preguiçosos, indisciplinados, sempre atrasados, não pagam impostos em dia, violentos, sempre em conflitos, emocionais, hostis, agressivos, imprevisíveis, incapazes de lidar com situações estressantes, ameaçadores, reivindicadores, militantes, barulhentos e menos inteligentes.

Em relação ao mercado de trabalho brasileiro, mesmo constituindo parcela significativa da população no país, os negros não possuem boa representatividade nas organizações (MYERS, 2003). De um modo geral, independente do gênero, nas empresas os negros sofrem

discriminação salarial em relação aos brancos e possuem dificuldades de inserção (SOARES, 2000).

No campo das organizações, Rosa (2014) destacou lacunas importantes nos estudos organizacionais brasileiro, como a pouca ênfase à minoria racial nas empresas, as especificidades do contexto corporativo brasileiro diante da desigualdade e da efetividade das políticas de promoção da diversidade nas organizações. Adicionalmente, há um silêncio dos brasileiros em abordar o tema do racismo, inclusive no campo acadêmico (Conceição, 2009).

Para Rosa (2014), os negros são maioria nas camadas pobres, de baixa escolaridade, no trabalho infantil, no trabalho informal, nos empregos domésticos (de lavadeira, passador, lixeiro, varredor), por outro lado, estão excluídos ou pouco representados entre advogados, juízes, médicos, dentistas, engenheiros e professores universitários. E o valor do rendimento pessoal do trabalho de negros é sempre inferior ao das demais categorias de raça e cor, mesmo quando se controla o nível de escolaridade.

Peritos da Organização das Nações Unidas - ONU (2014), em relatório publicado sobre a situação da discriminação racial no país, afirmam que o mito da democracia racial ainda permeia os discursos da sociedade brasileira, e parte substancial da população não acredita na existência do racismo no Brasil. O racismo no Brasil é estrutural e institucionalizado e permeia todas as áreas da vida social. A população negra corresponde a mais de 50% da população, mas representa apenas 20% do Produto Interno Bruto - PIB. O desemprego entre ela é 50% superior ao restante da sociedade, e sua renda é metade da renda da população branca. O relatório sinaliza que a violência policial contra os negros também chama atenção quando se percebe que os agentes públicos montam seu perfil de suspeitos baseado em cor da pele. Ele mostra que 76,6% dos homicídios ocorridos em 2010, no Brasil, envolveram negros.

O contexto racial brasileiro tem sua especificidade por adotar uma abordagem assimilacionista (Rosa, 2014). Na qual os processos de miscigenação acabavam por integrar as culturas e desaparecer as especificidades, evitando os conflitos culturais. Esta tese acabou por ser utilizada como argumento de superação ao racismo pelas elites dos anos 1930, anunciando o Brasil como um país de convivência harmônica entre raças (Alves & Galeão-silva, 2004). A falsa sensação de uma democracia racial aliada a uma ideologia do embranquecimento acabou por ocultar a afrodescendência dos brasileiros e tentar reduzir diferenças entre brancos e negros (Alves & Galeão-silva, 2004). Sendo assim, as novas gerações irão conhecer dois fatos contraditórios: a reprodução ampliada das desigualdades raciais coexistentes com a suavização das atitudes e comportamentos racistas (Guimarães,

2008). Bento (2002) destaca que não se deve voltar à atenção exclusivamente para o negro como responsável pelo problema, mas à falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais, fator que perpetua um cenário de desigualdades raciais no Brasil.

A questão racial brasileira segundo Sampaio (2003) abrange populações formadas pela intensa miscigenação de diferentes grupos ancestrais. Classificação racial baseada quase que exclusivamente na cor da pele autodeclarada. Contudo, historicamente a cor dos indivíduos empregada no sistema de classificação racial brasileiro reflete também outras características fenotípicas, como textura do cabelo e formato dos lábios e nariz, atributos físicos ainda hoje levados em consideração para a autodefinição da raça. A classificação racial no Brasil sempre foi fortemente influenciada também pela posição socioeconômica dos sujeitos. Neste aspecto, a depender da classe ou posição social, indivíduos com características físicas iguais podem ser classificados em categorias de raça/cor diferentes, ainda que essa prática tenha se tornado menos comum nas últimas décadas em comparação ao verificado no passado.

À harmonia racial tem sido utilizada pelas elites do país para enaltecer a sociedade multirracial brasileira. Para Sampaio (2003) o mito da democracia racial brasileira legitima a desigualdade e impede que a situação real se transforme numa questão pública. Quanto mais longe se está do fim do sistema escravista, menor o poder explicativo da escravidão e da origem social dos negros como causa de sua subordinação social corrente, e maior o poder explicativo do racismo e da discriminação contemporâneos. As oportunidades dos filhos negros são menores que a dos não negros mesmo quando se controla a posição social das famílias de origem.

Em relação ao preconceito contra os negros no país, deve-se considerar que a discriminação racial sem tensões e inquietação social restringe as oportunidades econômicas, educacionais, sociais e políticas dos negros, o que contribui para perpetuar o passado no presente e impede a existência e o surgimento de uma verdadeira democracia racial no Brasil (SAMPAIO, 2003).

As políticas de ação afirmativa que estão sendo tardiamente implementadas hoje no país, visam compensar a população afrodescendente pelos obstáculos que enfrentaram e continuam enfrentando na afirmação de sua plena cidadania. Neste sentido, vale lembrar, o importante não é simplesmente à igualdade de direitos, mas sim a igualdade de oportunidades de acesso à educação e ao emprego.

Mesmo com os avanços, fruto das ações dos movimentos sociais desde a década de 1970 relacionadas à cidadania e aos direitos de minorias raciais no Brasil, os progressos ainda

não diminuíram os desafios para se promover a igualdade racial na sociedade brasileira. Guimarães (1999) destaca que o racismo é um tabu, visto que os brasileiros imaginavam viver em uma democracia racial, onde se comparado com outras nações, poder-se-ia encontrar um povo civilizado, sendo esta crença em uma democracia racial fonte de orgulho nacional. Não obstante, este imaginário acabou por naturalizar os espaços que negros ocupam na sociedade, diminuindo a percepção das relações de poder entre brancos e negros.

### 2.1.1.1. Racismo e Violência Letal

Um conceito importante nesta discussão é o de violência, que pode ser conceituada de várias formas, estudada por diversos cientistas, entretanto, de todos os conceitos, aquele segundo a Organização Mundial da Saúde é o mais abrangente e amplamente utilizado em diferentes disciplinas, para embasar a criação e implementação de políticas públicas que objetivam a prevenção e diminuição dos números da violência. Para a Organização Mundial da Saúde, a violência é conceituada como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou por ameaça, contra a própria pessoa, outra pessoa, um grupo ou comunidade pode resultar ou tem alta probabilidade, em morte, lesão, dano psicológico, problemas de desenvolvimento ou de privação (NUCCI, 2014 p.12).

Como um dos suportes teóricos da pesquisa, utilizaremos o trabalho de Andrade e Andrade (2014), o qual discute o fato de que além de o país possuir taxas de violência letal entre as mais elevadas do mundo, há uma exposição desproporcional da população negra a essa violência, principalmente no que se refere a sua parcela jovem. Os números refletem uma realidade muito clara de violação de direitos, que exige do Estado um delineamento de ações para modificar as condições sociais, culturais e econômicas que concorrem na produção e reprodução da violência e das desigualdades raciais. De acordo com Andrade e Andrade:

‘Raça’, ‘crime’ e ‘justiça’ são conceitos bastante amplos e escorregadios nas ciências sociais. Sua discussão frequentemente requer posicionamentos teóricos claros acerca de onde se observa e como se operacionaliza cientificamente tais fenômenos. Em outras palavras, é necessário dizer como se compreende e como está se empregando tais conceitos. (ANDRADE; ANDRADE, 2014, p. 256).

No Brasil, a mortalidade por causas externas (acidentes e violência) é a segunda entre as principais causas de óbito, mas, quando avaliada em anos potenciais de vida perdidos, passa a ocupar a primeira posição. Especialmente nos grandes centros urbanos, as causas externas atingem predominantemente jovens negros entre 15 e 49 anos, em plena fase de vida reprodutiva e de maior produção econômica. Segundo Waiselfisz (2016), a taxa de homicídio da população negra no Brasil em 2016 foi muito superior à da população branca. A população

negra teve uma taxa de morte por homicídio 1,731 vezes maior do que a população branca, o que representou 73,1% a mais de vitimização por essa causa na população negra. Todavia, são escassos os estudos de morbidade no país que abordam o papel da raça e cor da pele.

## 2.2. RACISMO INSTITUCIONAL

A prática de racismo, ao imputar uma qualidade inferior ao outro, termina por desumaniza-lo, o que, do ponto de vista psicológico, legitima a violência contra o negro. O exemplo clássico dessa associação direta entre racismo e letalidade violenta pode ser dado pelo que é conhecido como racismo institucional (OLIVEIRA JUNIOR; LIMA, 2013). Interessa-nos, sobretudo o que os autores dizem sobre o reflexo negativo do racismo na cultura organizacional de instituições de Segurança Pública.

Terá destaque em nossa pesquisa os vários conceitos de racismo institucional, que pode ser definido como o fracasso coletivo das instituições em promover um serviço profissional e adequado às pessoas por causa da sua cor (WIEVIORKA, 2007). Este conceito passou a ser usado também, a partir de 1993, por instituições de combate ao racismo na Inglaterra, em particular pela Comissão para Igualdade Racial (*Commission for Racial Equality*) do Reino Unido (SAMPAIO, 2003).

O racismo institucional manifesta-se por meio de normas, práticas e comportamentos discriminatórios atuantes no cotidiano de trabalho das organizações, resultantes do preconceito ou estereótipos racistas (IPEA, 2007). Ele não se expressa em atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação, mas atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada, do ponto de vista racial, na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população (SILVA, 2009).

Outro suporte igualmente importante será o trabalho de Santos (2012), que trata o racismo institucional como algo velado por meio de mecanismos e estratégias presentes nas instituições públicas, explícitos ou não, que dificultam a presença do negro nesses espaços ou a presença do Estado onde há maior concentração da população negra. O acesso é dificultado, não por normas e regras escritas e visíveis, mas por obstáculos formais, presentes nas relações sociais que se reproduzem nos espaços institucionais e públicos e na formação dos agentes do Estado. A ação é sempre agressiva, à medida que atinge a dignidade humana, instaurando-se no cotidiano organizacional, gerando desigualdades e iniquidades na implementação das políticas públicas (IPEA, 2007).



Apesar das conquistas por minorias raciais, avanços ainda não foram suficientes para estabelecer a igualdade racial na sociedade brasileira. Para Waiselfisz (2016), as ações de segurança pública distribuem-se de forma extremamente desigual nas diversas áreas e espaços geográficos, priorizando sua visibilidade política e seu impacto na opinião pública e, principalmente, na mídia. Assim, em geral áreas mais abastadas, de população prioritariamente branca, ostentam os benefícios de uma dupla segurança, a pública e a privada, enquanto as áreas periféricas, de composição majoritariamente negra, nenhuma das duas.

### 2.3. RAÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Em relação à Segurança Pública, o trabalho de Waiselfisz (2016) discute a legitimidade dada pelo Estado para o uso da força e da violência no controle do crime. Estudiosos afirmam que tais ações se perpetuam contra setores de maior vulnerabilidade social. Também serviram como inspiração os trabalhos da ONU, pois eles avaliam esse fenômeno como a fabricação de um inimigo interno que justifica táticas militares para o controle de comportamentos criminosos, e que o direito a vida sem violência não está sendo plenamente garantido pelo Estado aos cidadãos afro-brasileiros (ONU, 2014).

E, portanto, com base nesse processo de sujeição criminal, ou nessa concepção de um 'suspeito' por excelência, que se configuram modos de agir, sejam na sociedade em geral, sejam nas agências de controle do Estado. Assim, tais concepções influenciam a construção social dos perfis de prováveis criminosos, orientando o julgamento dos sujeitos em diferentes níveis, desde o indivíduo que teme ser vítima de um crime, até o policial que julga a quem abordar (ANDRADE; ANDRADE, 2014, p. 261).

Segundo Nucci (2014) a busca pessoal, conhecida também como revista pessoal, é o ato de procurar, no corpo ou a borda do indivíduo realizador de conduta possivelmente criminosa, elementos que comprovem esse comportamento. A busca pessoal pode necessitar de mandado judicial, caso contrário deve basear-se em fundada suspeita de estar à pessoa em posse de arma ou objeto apto a comprovar a materialidade de um delito.

Se não houver solicitação para intervir, um policial militar fará a busca pessoal em indivíduos quando tiver uma suspeita fundada para assim proceder. O artigo 244 do Código de Processo Penal Brasileiro indica que a busca pessoal independe de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja de posse de arma proibida ou objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar. De modo que exceto em cumprimento de mandado judicial, a

busca pessoal será seletiva baseada apenas na suspeita fundada. Havendo discricionariedade e muitas vezes subjetividade por parte do policial nessa questão (REIS, 2002).

De acordo com Reis (2002), as circunstâncias mais comuns de suspeição policial são definidas com base em três elementos principais: o lugar suspeito, a situação suspeita e a característica suspeita. O primeiro elemento estaria centrado na concepção de que o lugar é um fator preponderante na possibilidade de que determinados tipos de delitos sejam cometidos; o segundo estaria ligado às situações passíveis de suscitar o cometimento de crimes; e o terceiro estaria relacionado a determinadas características do indivíduo, segundo as quais ele possa ser considerado um delinquente em potencial. No entanto, como não existem parâmetros legais para uma definição precisa do que seja um suspeito, tudo com que os policiais contam para nortear seu trabalho são perfis arbitrariamente construídos, resultantes da sua experiência profissional. Dessa forma, sinais subjetivamente forjados em suas mentes durante o cotidiano policial são atribuídos a determinados indivíduos ou grupos.

A suspeição policial é subjetiva, tem cunho discriminatório. Qualquer descuido resultante da pobreza pode vir a ser associado com criminalidade e delinquência. A segregação dos “indesejáveis” em bairros periféricos é uma discriminação social e fora destes bairros, estes indesejáveis serão observados como “elemento suspeito” (REIS, 2002).

Para Reis (2002), a arbitrária adjetivação negativa de certos usos sociais, tais como tatuagens, modo de se vestir, tipo de corte e coloração de cabelos, para incutir a condição de suspeito, constitui um fenômeno recorrente nas polícias do Brasil, nesse cenário, qualquer pessoa que não se enquadre na concepção de “normalidade” concebida pelo policial e seja considerada, por ele, em desconformidade com a paisagem na qual se encontra, poderá ser considerada suspeita e, nessa condição, passar pelos constrangimentos de uma busca pessoal em público.

Como suporte teórico de extrema relevância para a compreensão desse tema, utiliza-se do conceito de filtragem racial (*racial profiling*) que segundo (AMAR, 2005, p. 236) é empregado hoje nos Estados Unidos para descrever as práticas racialmente tendenciosas de identificação de suspeitos usados em específico no contexto dos motoristas que são parados nas rodovias. É a tática de mandar alguém parar só por causa da cor da pele e uma vaga suspeita de que a pessoa esteja tendo um comportamento delitivo. Assim, o principal fator motivacional da ação policial é a cor da pele. Entretanto, essa filtragem racial não é explicitamente declarada.

[...] nos Estados Unidos, as normas profissionais modernizadoras tendem a incentivar os policiais a criarem perfis de suspeitos de determinados crimes ou de tipos que se acredita que cometam crimes específicos. Tais perfis incluem marcadores visuais e comportamentais que designam um indivíduo como tendo uma probabilidade de ser ligado a um grupo cultural ou social criminogênico (produtor de crime). Essa ligação criminogênica é encarada como uma espécie etnicidade visível, não explicitamente raça, mas como constructo cultural que opera como um *mix* de estereótipos subnacionais, de classe, sexuais, de gênero e de cultura jovem. Essas tipificações estão identificadas com cultura de pobreza, normas étnicas e, cada vez mais, no sentido mais técnico, com “fatores de risco”. Através da filtragem, a racialização é reproduzida, mesmo se negada e deslocada, reenquadrada como “mera” formação subcultural de comportamento, como uma perigosa etnicidade, como um registro científico de traços criminogênicos, tudo quantificado e catalogado como “fatores de risco” (AMAR, 2005, p. 242).

Segundo Peres (2007), assim como na epidemia de HIV/AIDS, no caso dos homicídios, aqueles que compõem os “grupos de risco” para vitimização fatal são jovens, negros, moradores de áreas periféricas que acabam por representar, para determinados seguimentos da sociedade, uma ameaça potencial, enquanto membros das “classes perigosas”. É visível, aqui, a cisão da população entre dois grupos. Os indivíduos perigosos e os indivíduos a serem protegidos, e a criação de barreiras urbanas para se evitar o contato e “garantir” a proteção. Tais barreiras são visualizadas nas fortificações urbanas: muros altos, grades nas janelas, nos veículos blindados e nos vidros fechados dos carros nas ruas (Caldeira, 2000).

A intensificação do sentimento de insegurança e forte tendência à segregação urbana, aliados à inoperância dos agentes de segurança pública, geram, ainda, demandas por serviços de segurança privados e por ações extralegais de “justiça”. Peralva (2000) aponta algumas situações onde é sensível a estigmatização de jovens provenientes de áreas periféricas, especialmente quando estes procuram acesso a empregos ou cursos em áreas mais centrais. Ademais, a violência e a corrupção policial são outros aspectos das populações caracterizadas como “grupos de risco”, sendo mais uma forma de estigmatização destas populações por parte da ação policial.

Em um estudo realizado em uma comunidade pobre do Rio de Janeiro, Zaluar (2004) também apresenta algumas reflexões sobre a criminalização dos pobres ao colocar que recai sobre estes os efeitos perversos da crise econômica e do desemprego, além do estigma de criminoso e as ações de repressão, exercidas, sobretudo, pela polícia, que utiliza indistintamente um tratamento violento.

Os trabalhos destes autores serão importantes para refletir sobre as relações estabelecidas entre raça, sociedade e ações em Segurança Pública. Delineando um panorama detalhado e atualizado deste tema no contexto nacional e local.

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1. Quanto à natureza

O foco do presente trabalho é o Racismo Institucional e sua influência na Segurança Pública, o mesmo será desenvolvido a partir de uma pesquisa de natureza qualitativa. Segundo Gil (2008), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências. Para Gil (2008), o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos.

#### 3.2. Quanto aos objetivos

No que diz respeito aos objetivos da pesquisa, optou-se por uma abordagem descritiva. Para Gil (2008), pesquisa descritiva é uma das classificações da pesquisa científica, na qual seu objetivo é descrever as características de uma população, um fenômeno ou experiência para o estudo realizado. Ela é realizada levando em conta os aspectos da formulação das perguntas que norteiam a pesquisa, além de estabelecer também uma relação entre as variáveis propostas no objeto de estudo em análise.

Segundo Gil (2008), na pesquisa descritiva, cabe ao pesquisador fazer o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico, sem a manipulação ou interferência dele. Ele deve apenas descobrir a frequência com que o fenômeno ocorre ou como se estrutura dentro de um determinado sistema, método, processo ou realidade operacional. Normalmente, a pesquisa descritiva utiliza técnicas padronizadas de coleta de dados para apresentar as variáveis propostas. Estas podem estar ligadas às características socioeconômicas de um grupo ou outras características que podem ser alteradas durante o processo.

### 3.3. Quanto à técnica de análise de dados

A análise dos dados se dará por meio de análise documental, análise do discurso e análise de conteúdo, com algumas adaptações. Para Gil (2008) a análise de conteúdo trata de trazer à tona o que está em segundo plano na mensagem que se estuda, buscando outros significados intrínsecos. A análise do discurso por sua vez, estuda a ideologia por trás da narrativa.

O processo de Análise de Conteúdo contará com a análise de frequência de palavras, realizada com auxílio do *software* Nvivo 10 de apoio a Análise de Dados Qualitativos (Qualitative Data Analysis).

### 3.4. Execução da Pesquisa

A pesquisa será dividida em 2 etapas básicas: a primeira compreenderá um artigo com a revisão de literatura sobre o objeto de estudo, com um levantamento de livros, artigos publicados em periódicos, teses, dissertações, documentos e outras publicações sobre o assunto, visando fundamentar teoricamente o trabalho e subsidiar a análise dos dados. Juntamente com um artigo evidenciando a reprodução do Racismo Institucional através da narrativa midiática. O processo foi constantemente reavaliado e aprimorado para obter as informações mais pertinentes, com o cuidado de não perder o foco na pesquisa.

## CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO 1

### A CONSTRUÇÃO DO RACISMO INSTITUCIONAL SISTÊMICO E SEU REFLEXO NA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA

Renata Almeida Danin<sup>1</sup>  
José Gracildo de Carvalho Júnior<sup>2</sup>

#### Resumo

Este artigo é resultado de uma pesquisa cujo objetivo é traçar um panorama básico dos pilares de sustentação do Racismo Institucional, revisitando sua base teórica sociológica a partir de uma revisão bibliográfica de seus principais expoentes e, num segundo momento, analisar dados secundários que refletem o Racismo Institucional e sua configuração na ação policial e na lógica do sistema prisional, esclarecendo as possíveis razões das desigualdades sociais entre categorias étnico-raciais. Para fins metodológicos, a instituição de segurança pública referida será a Polícia Militar.

**Palavras-chaves:** Violência Simbólica; Racismo Institucional; Segurança Pública.

#### THE CONSTRUCTION OF SYSTEMIC INSTITUTIONAL RACISM AND ITS REFLECTION IN BRAZILIAN PUBLIC SECURITY: A SOCIOLOGICAL APPROACH

#### Abstract

This article is the result of a research whose objective is to outline a basic panorama of the supporting pillars of Institutional Racism by revisiting its sociological theoretical base departing from a bibliographical review of its main exponents, and in a second moment analyze secondary data that demonstrate the reflection of Racism Institutional and its configuration in the police action and the logic of the prison system, clarifying the possible reasons for the social inequalities among ethnic-racial categories. For methodological purposes the public security institution referred will be the Military Police.

**Keywords:** Symbolic Violence; Institutional Racism; Public Security

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará - UFPA, Especialista em Marketing pela Universidade da Amazônia - UNAMA e Administradora. Av. José Malcher, 1701, Belém-PA. CEP: 66060-230. E-mail: [renatadanin@gmail.com](mailto:renatadanin@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Mestre em Estatística pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Professor do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará - PPGSP-UFPA. Av. Augusto Correa nº1, Belém-PA. CEP: 66075-110. E-mail: [gracildo@gmail.com](mailto:gracildo@gmail.com).

## **Introdução**

Esta pesquisa pretende investigar a discriminação contra negros e pobres, dando maior ênfase no contexto Segurança Pública sob a ótica do Racismo Institucional. De acordo com a Constituição Federal do Brasil, todos os cidadãos são iguais perante à lei, sendo garantidos, dentro outros, os direitos à igualdade e à segurança, cabendo ainda ao Estado o dever de garantir a segurança pública (BRASIL, 1988). Partindo desta premissa, será discutida a questão da seletividade penal e o que isso simboliza na realidade social do país. Segundo *Waiselfisz (2016)*, negros e pobres, são vítimas preferenciais de abordagem policial, perseguição e letalidade violenta, além de ser maioria na população carcerária. O Racismo Institucional na Segurança Pública será discutido, a partir de um enfoque sociológico importante para a compreensão desta violência seletiva a negros e pobres. Por razões metodológicas, nossa análise sobre o racismo institucional e sua ênfase nas ações de segurança pública se limitará ao universo e atuação da Polícia Militar como integrante do sistema prisional e porta de entrada do cidadão comum ao sistema prisional. O trabalho será realizado a partir de uma revisão bibliográfica, tendo como principais expoentes os trabalhos de Pierre Bourdieu, Michel Wieviorka e Michel Foucault e sua abordagem sociológica.

## **Metodologia**

Objetiva-se traçar um panorama básico dos pilares de sustentação do Racismo Institucional, revisitando sua base teórica sociológica a partir de uma revisão bibliográfica de seus principais expoentes e, num segundo momento, analisar dados secundários que refletem o Racismo Institucional e sua configuração na ação policial e na lógica do sistema prisional, esclarecendo as possíveis razões das desigualdades sociais entre categorias étnico-raciais. Para fins metodológicos, a instituição de segurança pública referida será a Polícia Militar.

## **Instituições Sociais**

Para compreendermos as bases do Racismo Institucional, é importante conhecer o conceito de Instituições Sociais, que segundo Wieviorka (2007), podem ser identificadas por aquelas organizações que alçaram a condição de estruturas relativamente permanentes por terem fincado raízes na sociedade.

A igreja, a escola, a família e o Estado são exemplos encontrados de instituições fornecedoras de regras de conduta aceitas e legitimadas socialmente. As instituições sociais

também recompensam indivíduos e grupos por meio da distribuição de bens e serviços. Estas instituições determinam quem receberá apropriado treinamento e habilidades mais qualificadas para o mercado de trabalho, cuidados médicos, influência política, habitação e remuneração adequada para uma vida digna, *status* social de maior prestígio e a promessa de um futuro seguro para si e para as suas crianças. Contudo, é possível perceber que questões de etnia, de gênero, de classe social e, sobretudo, de raça influenciam de forma decisiva como os bens e serviços são distribuídos pelas instituições (WIEVIORKA, 2007).

Para Foucault (2000) todas as instituições têm um dispositivo disciplinar intrínseco, que é essencial para o capitalismo, pois coloca as pessoas em seu espaço da sociedade, transformando-as em “cidadãos modelo”, que movem o sistema.

Assim, a sociedade disciplinar transita para a sociedade de controle, pois, de um modo, as instituições acabam tendo um controle muito grande sobre as pessoas, já que as vidas destas são regidas por tais. As instituições totais, mais especificamente, a força policial é, mais uma das formas de articulação de biopoder e, em especial, uma das formas mais utilizadas pelo Estado. É a partir dessa força policial que, se configura toda a violência e força física do Estado. E por ela se amansa o povo da forma mais antiga conhecida, pelo medo do terror e da violência justificada (FOUCAULT, 2000, p.51).

Outro importante pensamento dentro da Teoria Institucional é o de Max Weber que define Instituição como uma organização com profissionais que têm uma autoridade legal racional sobre um grupo de indivíduos ou sobre a sociedade inteira. Para Weber (1968) o Estado ou a Igreja são Instituições. Porém, uma facção criminosa não seria uma instituição porque a legitimidade dela é somente carismática.

### **O Poder e as Instituições Sociais**

Foucault (2000) considera que poder não é uma mera relação entre pares, mas também é o modo como uns agem sobre outros. O que define uma relação de poder é o modo de ação, que não age diretamente e imediatamente sobre outros, mas age sobre a ação de outros.

Sendo o poder produto de uma relação, como analisar as relações de poder? Foucault (2000) responde que é melhor analisar as relações fora das instituições. Apesar de parecer mais coerente alguém analisar relações de poder enfocando em instituições bem delimitadas, já que pressupõe estar em uma visão privilegiada de observação, e ser uma forma primeira de aproximação da manifestação do poder, possibilitando ver à aparência da forma e lógica de seus mecanismos elementares, essa estratégia talvez não fosse a melhor, porque o analista



pode abrir a armadilha de buscar a explicação e a origem das relações de poder nas instituições, que é explicar poder pelo poder.

Isso não é negar a importância das instituições no estabelecimento de relações de poder, mas sugerir que é preciso analisar as instituições do ponto de vista das relações de poder, e não vice-versa, e que o ponto fundamental de ancoragem das relações, mesmo se eles estão incorporados e cristalizados em uma instituição, deve ser encontrado fora da instituição (FOUCAULT, 2000, p. 343, tradução nossa).

Foucault (2000) aborda os conceitos de poder disciplinar, sociedade disciplinar e também o chamado “modelo de cidadão”, que seria o cidadão perfeito para as instituições: manso, produtor e consumidor.

Para Foucault (2000) o poder disciplinar emerge dentro das instituições e possui quatro pilares: tempo, espaço, vigilância e saber. Ele tem uma positividade vinculada à fabricação do indivíduo, ou seja, é construído junto com o indivíduo, que aprende o “seu lugar” e como se portar perante a sociedade desde pequeno, na primeira instituição: a família.

De acordo com Wieviorka (2007), não se educa as instituições, se educam as pessoas que atuam nas instituições e que podem alterar o *modus operandi* que alija a população negra do seu direito à vida, à integridade física e à honra.

### **Racismo e Racismo Institucional**

Racismo pode ser definido como a qualidade de decisões e políticas, que levam em consideração a raça, com o objetivo de subordinar um grupo racial e manter o controle sobre este grupo (WIEVIORKA, 2007).

Enquanto o conceito de Racismo é explícito, abrangente, direto, o conceito de Racismo Institucional, tem características peculiares, algumas especificidades e sutilezas, uma vez que se esconde e se confunde, tendo sempre um cenário institucional como pano de fundo.

Racismo Institucional é o fracasso coletivo das instituições em promover um serviço profissional adequado às pessoas por causa da sua raça. Ele não se expressa em atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação, mas atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada, do ponto de vista racial, na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população (WIEVIORKA, 2007).

O fracasso coletivo de uma organização em fornecer um serviço profissional e adequado às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Podendo ser

visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos, resultantes de discriminação não intencional, ignorância, falta de atenção ou de estereótipos racistas, que colocam minorias étnicas em desvantagem (WIEVIORKA, 2007, p.68).

Wieviorka (2007) defende que o racismo institucional possui natureza discriminatória, ainda que não intencional, de organizações de grande escala ou sociedades inteiras, e está presente no sistema judiciário e na própria corporação policial. Mas afinal, qual a influência do racismo institucional em nossa sociedade? Para esta resposta, recorre-se mais uma vez ao sociólogo francês Michel Wieviorka.

Racismo institucional é a ‘imaginação’ de uma sociedade cujos segmentos dominantes não tenham consciência do seu racismo e, no limite, aparentemente, tenham até atitudes antirracistas, assegurando, dessa forma, uma posição favorável em que se conviveria com um racismo disfarçado, embora estas elites auferam vantagens dessas situações (WIEVIORKA, 2007, p.29).

O Racismo Institucional é menos evidente, muito mais sutil, menos identificável em termos de ações específicas praticadas por indivíduos. Decorre do funcionamento abusivo ou omissivo dos poderes estabelecidos e respeitados pela sociedade e, portanto, recebe menos condenação pública do que o racismo em sua forma individual.

Enfatiza-se a importância do contexto organizacional como raiz dos preconceitos e comportamentos discriminatórios. Ao invés de acentuar a dimensão individual, ele se volta para a dinâmica social e a “normalidade” da discriminação, buscando compreender a persistência da discriminação mesmo em indivíduos e instituições que rejeitam conscientemente sua prática intencional.

O racismo é um mecanismo fundamental de poder utilizado historicamente para separar e dominar classes, raças, povos e etnias. Seu desenvolvimento moderno se deu com a colonização, com o genocídio colonizador. O racismo segundo Foucault (2000) é o meio de introduzir um corte entre o que deve viver e o que deve morrer.

No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação das raças como boas e outras como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. O racismo faz justamente funcionar, faz atuar essa relação de tipo guerreiro (se você quer viver, é preciso que o outro morra) de uma maneira que é inteiramente nova e que, precisamente, é compatível com o exercício do biopoder (FOUCAULT, 2000, p. 93).

**Quadro 01:** Diferenças principais entre Racismo e Racismo Institucional

<b>Dimensão</b>	<b>Perspectiva Tradicional</b>	<b>Perspectiva Institucional</b>
<b>Agentes Discriminadores</b>	Individual	Multiplicidade
<b>Ações</b>	Individual	Múltipla
<b>Ocorrências</b>	Episódica	Contínua
<b>Vítimas</b>	Indivíduo ou Grupo	Indivíduo ou Grupo
<b>Explícita/Escondida</b>	Explícita	Escondida
<b>Dimensão do Grupo Discriminador</b>	Uma pessoa ou Grupo definível	Instituições e Organizações
<b>Intencional/Não intencional</b>	Intencional	Ambas

Fonte: Adaptado de Wiewiorka (2007)

Como representante do Estado, o policial, por lei, deveria tratar os cidadãos com equidade, sem distinções de classe ou cor da pele. Porém na prática, a população negra é a maior vítima de agressão por parte de policiais quando comparados a não negros. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em pesquisa nacional de vitimização, 6,5% dos negros sofreram uma agressão e tiveram como agressores policiais ou seguranças privados, contra apenas 3,7% de brancos (IBGE, 2014). Demonstrando assim uma clara seletividade penal.

As principais características identificadas para abordar um suspeito, de modo geral, mas não exclusiva, está diretamente associado à classe social e à raça dos cidadãos.

Usualmente, nas Ciências Sociais, o termo marginal é aplicado àquele que se encontra à margem do sistema socioeconômico, sem acesso à saúde, educação, moradia, enfim, aos itens básicos de sobrevivência. Para as pessoas de um modo geral e para a polícia em particular, o marginal está situado nesse conceito, mas constitui-se também em um indivíduo que necessariamente comete crimes ou delitos, ou seja, trata-se daquele indivíduo que, por ser pobre, teria maior probabilidade de ser um delinquente. O termo marginal denomina grupos, entre os quais estão incluídos os nordestinos, os negros, os desempregados, membros de outras subculturas e minorias étnicas e raciais (REIS, 2002, p.182).

De acordo com Sarmiento (2008) a melhor forma para aferir a violação da dimensão do princípio de igualdade é o levantamento de dados estatísticos. Segundo ele, se for estatisticamente demonstrado que a polícia realiza revistas pessoais em afrodescendentes com frequência muito superior à utilizada em relação aos outros cidadãos, isto também pode servir de comprovação à violação ao princípio da igualdade e o pronto estabelecimento do Racismo Institucional. Este pensamento coaduna com as ideias de Waiselfiz (2016) quando ele confirma que a maior parte da massa carcerária brasileira é composta em sua extrema maioria por negros, pardos, pobres e de baixa escolaridade, ou seja, os indesejáveis, carentes da ação estatal e de suas instituições mais importantes como as de saúde, educação, habitação, emprego, segurança e etc. Terreno fértil para a ação do Racismo Institucional.

## **Racismo Institucional na Segurança Pública como produto do Controle Social**

O Racismo tem o objetivo de subordinar e controlar um grupo racial. Este controle é realizado a partir do conceito de Controle Social, que segundo Adorno (2006), ocorre a partir de uma estrutura política e econômica de poder, com grupos que dominam e grupos que são dominados; com grupos mais próximos e grupos mais marginalizados do poder, e que desta relação tece-se um emaranhado de múltiplas formas de controle.

Para Foucault (2000) a polícia instaura um poder disciplinar no subconsciente do cidadão comum e, mantém a sociedade em equilíbrio e amansada, seja de forma pacífica ou pelo direito legal da violência. Essa função violenta, sem moderação, desempenhada pela polícia é um resquício da ditadura militar brasileira que articulava o medo como uma das maneiras principais de controle social.

Apesar disso, mesmo a polícia compondo um sistema panóptico ela nem sempre é exata. Há casos onde os direitos humanos e, a própria concepção de justiça pública são feridos para o cumprimento de ordens superiores, ou interesses pessoais. Dessa forma, a polícia simboliza fisicamente os guardiões e protetores do Estado, de suas leis e princípios, sejam eles corretos ou não. A polícia então, se estabelece como uma forma de preservar a vida dos protegidos pelo estado e, de deixar morrer os “excluídos” de seu seio governamental. E é justamente neste cenário que o Racismo Institucional se faz presente, pois ele “seleciona” quem irá dispor, ou não, dos benefícios do Estado.

Assim a polícia, torna-se uma das principais armas do Estado para reprimir e punir os membros da sociedade cívica. Essa Instituição total tem apenas o intuito guiar os indivíduos, por meio da violência, a um caminho ideal determinado pela Instituição Governamental. Um caminho de consumos capitalistas excessivos, alienação e ignorância política. Desta forma, negros, pardos e pobres não estão inseridos neste sistema capitalista, são os indesejáveis e como tais, a eles não há garantias institucionais, os restando apenas à prisão, que neste sentido atuará como instrumento de Controle Social exercido pelo Estado (FOUCAULT, 2000, p. 249).

A abordagem policial é o início do processo de uma linha de montagem, em que o policial, por operar diretamente sobre o processo de filtração do sistema, coloca o suspeito, que a partir do preconceito racial cria o estereótipo do negro criminoso, que é colocado na ponta da esteira.

Afinal de contas, é a polícia que recolhe, no universo da população, aquelas pessoas que entrarão na linha de montagem. O suspeito, posto na esteira, passa pela Delegacia de Polícia, passa pelo Ministério Público, pelo Poder Judiciário, pelo sistema penitenciário e lá na outra ponta, sai o egresso. Nesta linha de montagem, a matéria prima é o suspeito e o produto acabado o egresso (ADORNO, 2006, p. 133).

Segundo Adorno (2006), a questão da violência policial incidente sobre a população negra é vista por nossa sociedade de modo tão natural. Afinal, não pode ser objeto de

indignação uma ação que vem justamente aplacar o medo da violência e insegurança, uma das maiores preocupações dos cidadãos comuns.

Deve-se alertar, porém, que o processo de exclusão não é promovido sempre pelo Estado ou pela sociedade, mas ao contrário que na maioria das vezes atende ao interesse de uma elite dominante que detêm o poder. “Quando analistas usam expressões como “sociedade” e “controle social”, é sempre necessário assegurar que não estejam sendo usadas como expressões abreviadas dos desejos dos poderosos” (YOUNG, 2002).

### **Racismo Institucional e Violência Simbólica**

Segundo Bourdieu, a dominação não é o efeito direto e simples da ação exercida por um conjunto de agentes sobre outros, mas o efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram na estrutura do campo por meio do qual se exerce a dominação frente aos demais (BOURDIEU, 2005).

Tal dominação não é evidente, e sim camuflada, a tal ponto que muitas vezes os que a sofrem não a percebem. De acordo com o sociólogo francês:

“A violência simbólica consiste em uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la”. Deste modo, a violência simbólica define-se, num primeiro momento, como uma violência dissimulada, o que, diga-se de passagem, lhe confere poderes particulares e eficácia específica. Tal violência não pode ser usada independentemente, pois não é um tipo distinto de violência. Ela é violência física mascarada e, por conseguinte, invisível e esquecida (BOURDIEU, 2005, p. 22).

Esse tipo de violência tem por efeito, estabelecer a legitimidade de um discurso, de decisão, de um agente ou uma instituição, entretanto, as relações de força que originam a violência simbólica, são desconhecidas (BOURDIEU, 2005). É necessário especificar as diferentes manifestações de violência contra a população negra. Para isso, foi empregada, a noção de violência simbólica. Desenvolvido a partir da definição de Bourdieu (2005) como todo e qualquer instrumento de saber que contribua para operacionalizar ou legitimar a dominação de grupamentos humanos sobre outros.

O racismo é um fenômeno único, de discriminação negativa contra determinados indivíduos ou grupamentos humanos, mas é operado e manifesta-se de diversas maneiras, ganhando, conseqüentemente, diferentes terminologias, como o já comentado racismo institucional, que se define como a prática de determinadas instituições, públicas ou privadas, que “dificulta ou impede o acesso de pessoas de grupos raciais aos serviços e benefícios gerados pelo próprio Estado e pelas demais instituições”.

Entrelaçando-se os conceitos descritos, é possível compreender o fenômeno do racismo como uma violência simbólica, ora operada no plano físico, ora operada verbalmente, ora por meio de mecanismos mais sutis, como a não promoção de direitos. Entre estes, o direito à educação, no qual se insere, por exemplo, o debate sobre o sistema de cotas raciais para inserção da população negra negativamente discriminada em instituições de ensino superior do Brasil, acesso à saúde e finalmente, porém não menos importante, a seletividade penal.

### **Segurança Pública**

A violência e o desrespeito aos direitos pela polícia têm uma longa história no Brasil. Um padrão constante de abuso da população pelas forças policiais, sobretudo no caso dos “não privilegiados”, tem se repetido em governos liberais ou conservadores, em períodos ditatoriais ou democráticos. Em suma, para Adorno (2006), toda a história da polícia brasileira indica claramente que a violência é a norma institucional.

A discriminação contra os negros e a violência da polícia contra estes fazem parte da própria estrutura da segurança pública. Nesse sentido, torna-se desafiadora a tarefa de identificação de discriminações que, por fazerem parte da dinâmica social, tem seus efeitos vistos como algo natural, necessário e legítimo.

O lado mais aparente do racismo institucional na segurança pública se configura a partir da violência policial incidente sobre a população negra. Por isso, é importante evidenciar a maneira como ocorre a filtragem racial na contemporaneidade brasileira, tendo por consequência a abordagem policial e demais procedimentos marcados pela violação constante dos direitos humanos mais elementares de grupos sociais historicamente marginalizados e explorados.

Essa filtragem racial se caracteriza como uma forma de discriminação indireta em que o policial, ao aplicar a lei, utiliza a raça ou cor de uma pessoa como razão para suspeitá-la como transgressora da lei (ADORNO, 2006). A Segurança Pública, no cenário atual, passa então a ter um papel político importante, exercendo controle social, inferiorizando e criminalizando os menos favorecidos em troca de “Segurança Pessoal”.

O lema “lei e ordem”, cada vez mais reduzido à promessa de segurança pessoal, tornou-se um dos principais pontos de venda, talvez o principal, nos manifestos políticos e nas campanhas eleitorais. A exibição de ameaças à segurança pessoal tornou-se um dos principais trunfos, talvez o principal, na guerra por audiência na mídia (ampliando ainda mais os êxitos tanto do marketing quanto dos usos políticos do capital do medo) (BAUMAN, 2007, p.43).

## **Análise e Discussão**

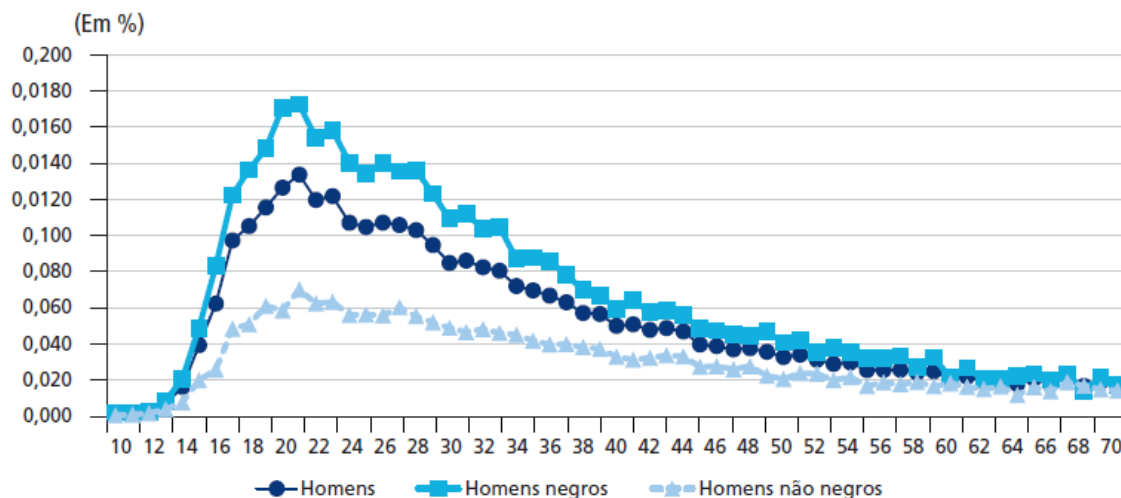
Os defensores da democracia racial apontam que a desigualdade nas mortes violentas no país segue no rastro da questão social. Nesse sentido os negros morrem mais não por serem negros, mas por serem pobres. A condição de vulnerabilidade socioeconômica dos afrodescendentes, por sua vez, seria resultado de uma persistência na transmissão intergeracional de baixo capital humano, que segue até os dias atuais, como consequência das condições iniciais de abandono, a que a população negra foi relegada logo após a abolição da escravatura.

Segundo o IBGE (2014) de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra. A tragédia que aflige a população negra não se restringe às causas socioeconômicas. O cidadão negro possui chances 23,5% maiores de sofrer assassinato em relação a cidadãos de outras raças/cores, já descontado o efeito da idade, sexo, escolaridade, estado civil e bairro de residência. Cerqueira e Coelho (2017) mostraram que, do ponto de vista de quem sofre a violência letal, as cidades brasileiras são repartidas não apenas na dimensão econômica entre pobres e ricos, ou na dimensão geográfica, mas também pela cor da pele.

Segundo Cerqueira e Coelho (2017) juntando os dois temas, dos homicídios de negros e de jovens, as diferenças de letalidade contra os afrodescendentes são mais dilatadas no período da juventude (entre 15 e 29 anos). Aos 21 anos de idade, quando há o pico das chances de uma pessoa sofrer homicídio no Brasil, pretos e pardos possuem 147% a mais de chances de serem vitimados por homicídios em relação ao conjunto dos indivíduos brancos, amarelos e indígenas.

Para Cerqueira e Coelho (2017) ao se analisar a evolução das taxas de homicídios considerando se o indivíduo era negro ou não, entre 2005 e 2015, verifica-se a existência de dois cenários completamente distintos. Enquanto, neste período, houve um crescimento de 18,2% na taxa de homicídio de negros, a mortalidade de indivíduos não negros diminuiu 12,2%. Ou seja, não apenas temos um triste legado histórico de discriminação pela cor da pele do indivíduo, mas, do ponto de vista da violência letal, temos uma ferida aberta que veio se agravando nos últimos anos. Pois houve um paulatino crescimento na taxa de homicídio de afrodescendentes, ao passo que houve uma diminuição na vitimização de indivíduos de outras raças.

**Figura 01:** Probabilidade de um indivíduo sofrer homicídio no Brasil por idade e raça (2010)



**Fonte:** Cerqueira e Coelho (2017).

O que explica o fenômeno? A maior vitimização da juventude negra seria apenas uma consequência de um pior posicionamento socioeconômico desse grupo populacional, ou pode refletir direta ou indiretamente o racismo?

Os dados mais recentes da violência letal apontam para um quadro que não é novidade, mas que merece ser enfatizado: apesar do avanço em indicadores socioeconômicos e da melhoria das condições de vida da população na última década, continuamos uma nação extremamente desigual, que não consegue garantir a vida para parcelas significativas da população, em especial à população negra (CERQUEIRA e COELHO, 2017, p.5).

A associação entre racismo e letalidade violenta se dá também por meio do racismo institucional, em que ações difusas no cotidiano de determinadas organizações do Estado terminam por reforçar o preconceito de cor. O racismo institucional abrange a ação da polícia em todo país. Essa organização é a porta de entrada do sistema de justiça criminal e o cidadão, logo deveriam respeitar a isonomia de tratamento ao cidadão e a sua integridade física. No entanto, diversas situações em abordagens policiais com uso excessivo da força, e maior agressividade quando se trata de cidadãos negros. O processo de desumanização tem implicações na maneira que o Estado lida com o negro. Para a polícia “negro parado é suspeito, negro correndo é bandido”.

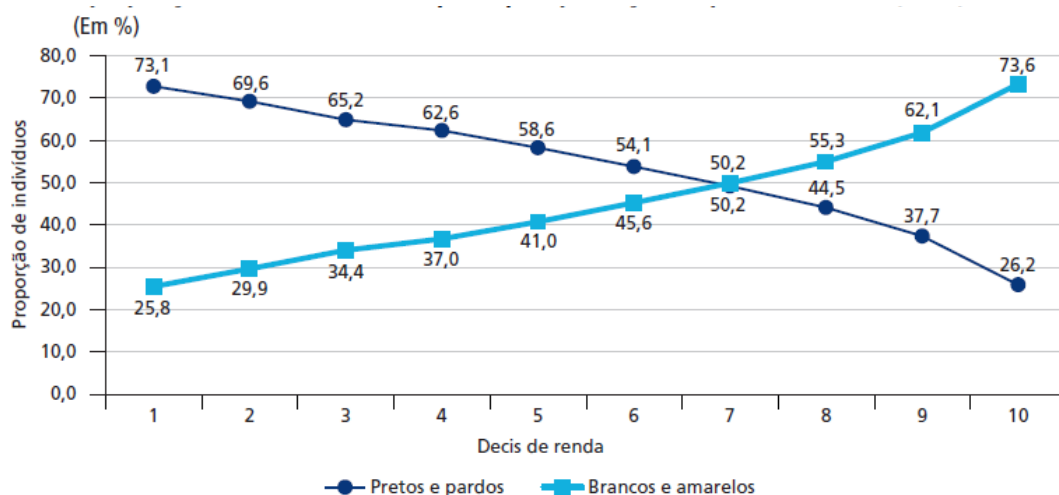
Para Cerqueira e Coelho (2017) outro mecanismo associado ao racismo e a maior letalidade de negros se explica pela influência da mídia. Enquanto a morte de negros e pobres chama pouca atenção e os associa a criminosos ou vagabundos, sem investigação ou condenação judicial. Já a morte do branco de classe média é repetida e problematizada pelos jornais. Tendo em vista que o processo de persecução criminal, que se inicia com a



investigação, é fortemente influenciado pela repercussão da mídia. A morte de brancos tem maior chance de responsabilização e punição do autor, os inquéritos sobre a morte de um cidadão negro e pobre terminam enterrados na vala comum, sem solução.

O elemento suspeito, potencial bandido, alvo preferencial da abordagem policial e letalidade violenta, revela o estigma e apresenta efeitos negativos para a população pobre e negra. Inclusive no acesso ao mercado de trabalho, condição importante para uma possível transição de classes e melhoria social. Entretanto, mais uma vez o Racismo Institucional se apresenta, apontando o real interesse das classes dominantes junto às classes dominadas, que é a manutenção de privilégios aos pertencentes às classes dominantes.

**Figura 02:** Apropriação da renda domiciliar per capita por raça/cor, por Decis, Brasil (2014)



**Fonte:** Cerqueira e Coelho (2017).

Em 2014, entre os 10% mais pobres da população brasileira 73,1% eram pretos ou pardos, ao passo que 25,8% dos mais pobres eram brancos ou amarelos. No outro extremo da distribuição a situação se invertia, quando 73,6% dos 10% mais ricos eram brancos ou amarelos, ao passo que os negros representavam 26,2% desse grupo.

De modo que há uma sobrerrepresentação dos negros nas camadas mais pobres da população como consequência de um legado histórico, em que as diferenças nas dotações de capital físico e humano entre negros e brancos se perpetuaram desde a abolição da escravatura, por processos de transferência de riqueza. Esta grande maioria de negros nas camadas mais pobres, atende a um público que se beneficia desse cenário.

Segundo dados do Ministério da Justiça, o total de pessoas encarceradas no Brasil chegou a 726.712 em junho de 2016. Cerca de 40% são presos provisórios, ou seja, ainda não

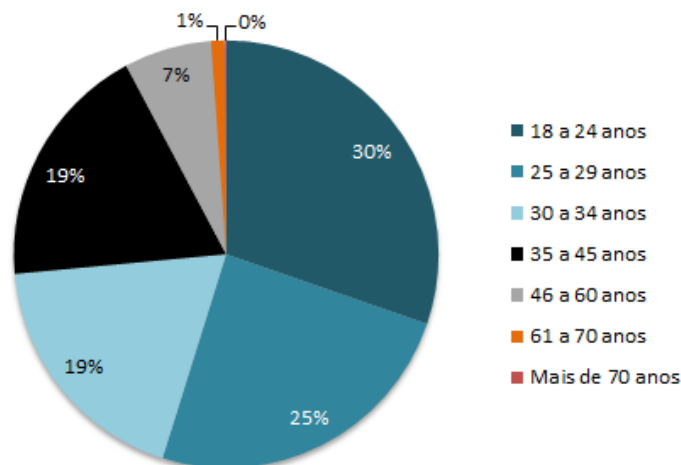
possuem condenação judicial. Mais da metade dessa população é de jovens de 18 a 29 anos e 64% são negros. Quanto à escolaridade, 75% da população prisional brasileira não chegaram ao ensino médio. Menos de 1% dos presos tem graduação.

**Figura 03:** Raça, cor ou etnia da população total e pessoas privadas de liberdade no Brasil em 2016



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Junho/2016.

**Figura 04:** Faixa etária das pessoas privadas de liberdade no Brasil em 2016



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Junho/2016.

Estes dados expressam que o encarceramento em massa brasileiro é seletivo, atingindo a população jovem, negra e de baixa escolaridade, pobres, moradores de favelas ou conjuntos habitacionais e que tiveram pouco acesso ao Estado através de políticas de lazer, saúde, educação, emprego e moradia e em consequência deste cenário de ausência do poder público são levados à prática de delitos que os encarceram.

O Estado então, através da Polícia, sistema prisional e o próprio judiciário, marginaliza essa população aplicando leis mais duras e os colocando atrás das grades. Essa “limpeza social” os tira das ruas e os leva diretamente ao aprisionamento. Essa estratégia também mascara vários fatores da política nacional, entre eles a taxa de desemprego, pois uma vez que o jovem, negro e de baixa escolaridade está preso, ele não mais fará parte das estatísticas de desempregados. E isto atende interesses políticos e eleitorais, além de responder a uma população que vive em um estado de completa insegurança, fomentado também pela mídia, gerando conseqüentemente mais mortes e mais encarceramento. Uma vez que no Brasil, segundo dados do Mapa da Violência 2016, mais da metade dos entrevistados concorda com a máxima de que “Bandido bom é bandido morto”.

Chama a atenção para a insinceridade do discurso, evidenciando que a “crise” desse sistema não é acidental, sob dois aspectos. Primeiro que a lei não modifica e não reflete a realidade, não sendo feita para ser cumprida. Segundo o interesse na manutenção da criminalidade que sustenta uma série de interesses e segmentos industriais, ocupacionais, comerciais, intelectuais, ou seja, é um sistema lucrativo, gerando interesse, sob esse aspecto, para o capitalismo. Evidencia-se, assim, que existem outros interesses na manutenção desse sistema que vão além do discurso revelado, e que é mantido por aqueles que ditam as regras do “jogo” e da sociedade (WACQUANT, 2003, p. 38).

O racismo afeta negativamente a condição socioeconômica da população afrodescendente via políticas educacionais precárias e discriminações no mercado de trabalho, logo a diferença de letalidade entre negros e não negros do Brasil, atribuída à questão social, é em si, uma consequência do racismo institucional. Além da perpetuação de estereótipos sobre o papel do negro na sociedade, que muitas vezes o associa a indivíduos perigosos ou criminosos. A repetição desses estereótipos implica em um processo de estigmatização, onde o indivíduo pela sua cor de pele termina sendo percebido como desprovido de sua identidade individual. Este processo de desumanização faz aumentar a probabilidade de vitimização destes indivíduos.

[...] um jovem negro e pobre andando a pé em um bairro de classe média é visto pela polícia como provável assaltante ou traficante, tornando-se candidato a uma abordagem violenta, enquanto um jovem branco com aparência de classe média, em um carro, dentro ou próximo de uma favela, é visto como possível usuário adquirindo drogas e torna-se candidato a extorsão (RAMOS; MUSUMECI, 2005, p. 47).

Há uma seletividade penal clara e esse processo inicia-se na abordagem policial. O Estado, representado pela Segurança Pública através da Polícia Militar, não age com equidade, e desrespeita princípios constitucionais, criminalizando a pobreza e punindo a categoria étnica racial que mais sofreu historicamente no país e ainda é refém do processo de marginalização. O Racismo Institucional é presente não apenas em instituições de Segurança

Pública, quanto em outras instituições relevantes, como a Saúde Pública e a Educação, desta forma este processo é passado adiante para outras gerações e se retroalimenta nas mais diversas instituições sociais.

A homogeneidade do sistema escolar e do sistema penal corresponde ao fato de que realizam, essencialmente, a mesma função de reprodução das relações sociais e de manutenção da estrutura vertical da sociedade, criando, em particular, eficazes contraestímulo à integração dos setores mais baixos e marginalizados do proletariado, ou colocando diretamente em ação processos marginalizadores. Por isso, encontramos no sistema penal, em face dos indivíduos provenientes dos estratos sociais mais fracos, os mesmos mecanismos de discriminação presentes no sistema escolar (BARATTA, 2002, P.175).

### **Considerações Finais**

É importante frisar que quem institui o “elemento suspeito”, digno de uma abordagem policial violenta e racista, são aqueles que exercem o Poder em nome do Estado, diversas vezes influenciados por outros interesses, que não o de uma justiça e paz social. Este processo sutil de hierarquização racial e de classes, além da marginalização do negro e pobre, retroalimenta o Racismo Institucional e gera cada vez mais desigualdade social. Afinal, este “elemento suspeito” é o produto da ausência do Estado em prover educação, saúde, moradia e outras políticas públicas que atendam esta parcela da sociedade.

Porém mesmo omissa a esta população carente, o Estado garante o Controle Social através da Polícia, a partir da prisão, do encarceramento em massa, trabalhos precários, subempregos e demais cenários que traduzem o Racismo Institucional generalizado em nossa sociedade contemporânea. Os autores citados neste trabalho, a exemplo de Wacquant (2003), Wieviorka (2007) e Bauman (2007), comungam da ideia de que não é possível resolver problemas sociais unicamente através do sistema punitivo, e a abordagem policial violenta a um determinado estrato da população é um grande alerta do início de uma grande linha de montagem que apenas entrega a sociedade mais violência e pobreza.

### **Referências Bibliográficas**

ADORNO, S. Medo, Violência e Insegurança. In: LIMA, R. S.; LIANA, P. (Orgs.). **Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?** São Paulo: Contexto, 2006.

BARATTA, A. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: Introdução à sociologia do direito penal.** Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BAUMAN, Z. **Vida líquida.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2007.

BOURDIEU, P. **Esboço de autoanálise.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Levantamento Nacional de Ações Penitenciárias 2016**. Disponível em: < [http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio\\_2016\\_junho.pdf](http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf)>. Acesso em: 12 mai. 2018.

CERQUEIRA, D., COELHO, D. **Democracia Racial e Homicídios de Jovens Negros na Cidade Partida**. TD 2267 - IPEA, Brasília, 2017.

FOUCAULT, M. The Subject and Power. In: FOUCAULT, M. **Power**. Edited by James D. Faubion. New York: The New Press, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Mensal de Emprego - PME**, 2014.

RAMOS, S., MUSUMECI, L. **Elemento suspeito**: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Cesec, 2005.

REIS, D. B. A Marca de Caim: as características que identificam o "suspeito", segundo relatos de policiais militares. **Caderno CRH**, 36, p. 181-196, 2002.

SARMENTO, D. O negro e a igualdade no direito constitucional brasileiro: Discriminação “de facto”, Teoria do Impacto Desproporcional e ações afirmativas. In: PIOVESAN, F.; SOUZA, D. M. (Coord.). **Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-Racial**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

YOUNG, J. **A sociedade excludente**: Exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

WACQUANT, L. **Punir os pobres**: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 2ª ed. Col. Pensamento Criminológico. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2016**: Mortes Matadas por Armas de Fogo, Rio de Janeiro, FLACSO/CEBELA, 2016.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1968.

WIEVIORKA, M. **O Racismo, uma introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

## CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO 2

### RACISMO DISCURSIVO: O CASO MARIELLE FRANCO E A COBERTURA DA MÍDIA INTERNACIONAL

Renata Almeida Danin<sup>1</sup>  
José Gracildo Carvalho Júnior<sup>2</sup>

#### Resumo

Neste artigo analisam-se formas de expressão verbal presentes no discurso midiático de uma publicação jornalística internacional sobre a cobertura do assassinato da vereadora Marielle Franco e as relações entre violência policial e racismo, impregnadas no debate da cobertura deste evento. O objetivo é avaliar a influência na cobertura jornalística realizada pela mídia internacional, com relação a raça dos indivíduos envolvidos na matéria em questão. Para tanto, foi utilizada a metodologia qualitativa da análise do discurso proposta pelo Sociólogo holandês Teun Van Dijk, e como esta discussão vem retratar o negro e a polícia no campo jornalístico-informacional e seus significados, através da análise de uma reportagem exclusiva da versão *online* do jornal norte-americano *The Washington Post*, de 23 de março de 2018, com o título: *After Marielle Franco's murder, i'm not hopeful for black Brazilians*. Os resultados obtidos neste estudo indicam que o discurso negativo direcionado aos indivíduos de raça negra foi prioridade na cobertura jornalística avaliada, e corrobora substancialmente para a concepção de idéias potencialmente segregadoras. Caracterizando-se como uma nova modalidade de racismo.

**Palavras-chave:** Cobertura Midiática; Racismo Discursivo; Análise do Discurso.

### DISCURSIVE RACISM: MARIELLE FRANCO CASE AND THE INTERNATIONAL MEDIA COVERAGE

#### Abstract

In this article we analyze the discursive forms present in the mediatic discourse of an international periodical about the coverage of the murder of Councilwoman Marielle Franco and the relations between police violence and racism, impregnated in the debate about the coverage of the event. The objective is to explore the current scenario using the qualitative methodology of discourse analysis by the Dutch sociologist Van Dijk and how this discussion portrays the black man and the police, through the analysis of an exclusive report of the online version of the *Washington Post*, March 23, 2018, with the title: *After Marielle Franco's murder, I'm not hopeful for black Brazilians*. The results obtained in this study indicate that the negative discourse directed at black individuals was a priority in the journalistic coverage evaluated and corroborates for the conception of potentially segregating ideas. Characterizing itself as a new modality of racism.

**Keywords:** Media Coverage; Discursive Racism; Discourse Analysis.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará - UFPA, Especialista em Marketing pela Universidade da Amazônia - UNAMA e Administradora. Av. José Malcher, 1701, Belém-PA. CEP: 66060-230. E-mail: [renatadanin@gmail.com](mailto:renatadanin@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Mestre em Estatística pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Professor do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará - PPGSP-UFPA. Av. Augusto Correa nº1, Belém-PA. CEP: 66075-110. E-mail: [gracildo@gmail.com](mailto:gracildo@gmail.com).

## **Introdução**

O discurso midiático tem um papel de destaque na comunicação de massa, pois, por meio dele, adquire-se informação, conhecimento e, principalmente, forma-se opinião. Em síntese, a comunicação de massa, hoje, atua como um dos principais meios de transmissão e construção de ideologia, e como alerta Van Dijk (2008) não é qualquer concepção que é transmitida, mas a das elites simbólicas ou elites dominantes: os fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, crenças, atitudes, normas, das ideologias e dos valores públicos.

Van Dijk (2000) amplia a noção de racismo, e a define como uma prática social de desigualdade étnico-racial, de gênero, expondo as inequidades baseadas nas classes sociais. A formulação desse conceito está ligada a outro conceito central no aporte teórico, o das "elites simbólicas". A elite política, educacional, escolar e midiática controla o acesso à maioria dos discursos públicos respeitados pela sociedade.

Devido a esse poder, elas possuem um papel específico na reprodução de conceitos e valores, ou seja, na transmissão da dimensão do simbólico que circunda o tecido social, sendo responsável pela influência de formas discursivas de racismo. Estas formas que Van Dijk (2008) conceitua como o "novo racismo", sutis e simbólicas, são expressas, legitimadas e confirmadas por textos e conversas, incluindo programas de TV e notícias.

As relações raciais no Brasil, e principalmente as que envolvem negros e a polícia, são objeto de intensa discussão em vários setores da sociedade, no meio acadêmico, político e na mídia. A discussão chega a um consenso quanto à existência de desigualdades sociais, e um grande debate em torno da solução para essas desigualdades, mesmo mais de um século após a abolição da escravatura, o fato é que estas desigualdades continuam separando negros dos espaços de poder. O assassinato da vereadora Marielle Franco, reconhecida pela sua atuação no movimento negro, atuando no Estado para que o projeto de nação multiculturalista, em que a valorização racial e cultural realmente saísse do campo das idéias e do discurso para as relações sociais, representa o reflexo das dificuldades de acesso dos grupos de cor a representações simbólicas de poder, que fazem parte do imaginário social.

De acordo com Van Dijk (2008), produções simbólicas (como a mídia) de uma sociedade são ideológicas quando atuam para criar ou manter relações de dominação de indivíduos sobre outros, possibilitando acesso a bens materiais e culturais. Sabemos da necessidade de transformações estruturais para diminuir as desigualdades sociais e o racismo, pois os negros apresentam as maiores taxas de letalidade violenta, violência policial, encarceramento, além dos piores índices de educação, saúde e renda. É importante que as

práticas culturais que mascaram, ocultam ou estereotipam o negro na sociedade sejam modificados e o campo simbólico é um mero reflexo da realidade conjuntural e ajuda a produzir as condições estruturais.

## **Metodologia**

Este estudo possui abordagem qualitativa, analisaremos formas discursivas presentes no discurso midiático de um periódico internacional sobre a cobertura do assassinato da vereadora Marielle Franco e as relações entre poder e racismo, impregnadas no debate da cobertura do evento. O objetivo é explorar o cenário atual utilizando a metodologia qualitativa da análise do discurso proposta pelo Sociólogo holandês Van Dijk e como esta discussão vem retratar o racismo discursivo, através da análise narrativa de uma reportagem da versão online do jornal norte-americano *The Washington Post*, de 23 de março de 2018, na coluna *Global Opinions*, intitulada: *After Marielle Franco's murder, i'm not hopeful for black Brazilians*.

A escolha por trabalhar a metodologia do pesquisador holandês Teun Van Dijk é justificada pela importância de seus trabalhos sobre racismo, imigração e mídia na Europa e na América Latina, sendo o principal teórico a tratar o tema do racismo dentro do campo metodológico de Análise do Discurso. Além de triangular o estudo utilizando o software NVIVO 10 como ferramenta auxiliar na Análise de Conteúdo da reportagem, com o uso da nuvem de palavras, a luz do referencial teórico. Utilizaremos em nossa análise e discussão dos resultados, quadros comparativos advindos do *Corpus* de Pesquisa, composto pelos jornais *The New York Times*, *The Guardian* e *The Washington Post*. A finalidade deste corpus em nossa análise é apenas comparativa e exemplificativa. Dando ao leitor a oportunidade de perceber as diferenças e semelhanças nos discursos e em especial ao recorte principal de nossa pesquisa. A escolha pelos jornais presentes no corpus se dá pela reconhecida confiabilidade no meio jornalístico e pelo alcance, uma vez que se trata de jornais com alcance mundial. Para Van Dijk (2008), corpus é uma coleção de textos compilados, em um mesmo idioma, para que possa ser utilizado na análise linguística. Entretanto, é importante esclarecer que o corpus em si é artificial, visto que se trata de textos organizados e selecionados, criando um objeto para fins de pesquisa, que podem se apresentar nas modalidades escrita, falada ou intermediária, podendo ser, essas amostras, de qualquer tamanho.

Critérios utilizados para a construção do corpus da pesquisa segundo Van Dijk (2008):



(a) Relevância: que podem se apresentar nas modalidades escrita, falada ou intermediária, podendo ser, essas amostras, de qualquer tamanho.

(b) Homogeneidade: padrão de um mesmo tipo de material.

(c) Sincronicidade: Intersecção histórica dos materiais.

### **Racismo à moda brasileira**

O Brasil é o país do carnaval, da mulata e do futebol. Estereótipos conhecidos em que a figura do negro ocupa lugar de destaque. Sempre atrelado ao cenário folclórico e pouco citado no cenário intelectual, político e em profissões tradicionais de grande destaque na sociedade. Resquícios de três séculos de escravidão negra, além de uma abolição tardia. Por isso, embora muitas vezes negados, os casos de discriminação racial são frequentes e vão desde manifestações racistas em universidades de elite contra estudantes cotistas, às estatísticas que indicam que mais de 70% das vítimas de homicídios são negros (IBGE, 2014).

Muito foi feito nos últimos anos para que essa dívida histórica fosse paga: como a criação da política de cotas para afrodescendentes em vestibulares e concursos públicos, a criação do Estatuto da Igualdade Racial Promulgado em 2010 e a própria Lei 7.437/1985 que criminaliza atos resultantes de preconceito racial, além de outros mecanismos.

Porém ainda que haja amplo debate das condições do negro no espaço social brasileiro, prevalece à invisibilidade de suas demandas. Van Dijk (2008) afeto aos estudos do discurso, afirma que as desigualdades na interação diária com os indígenas e com os negros em muitas sociedades atuais têm sido atribuídas à classe social e não à questão racial, sem que se investiguem extensivamente as várias raízes da desigualdade de classe e de pobreza. Adotaremos neste trabalho o conceito de racismo advindo deste autor:

Racismo é essencialmente um sistema de dominação e desigualdade social. Na Europa, nas Américas e na Austrália, isso significa que uma maioria (e, às vezes, uma minoria) “branca” domina minorias não europeias. A dominação, por sua vez, se define como um abuso de poder de um grupo sobre outro e está representada por dois sistemas inter-relacionados de práticas sociais e cognitivas diárias: de um lado, por várias formas de discriminação, marginalização, exclusão ou problematização; do outro, por crenças, atitudes e ideologias preconceituosas e estereotipadas. Estas últimas podem ser consideradas, de muitas maneiras, “razões” ou “motivos” para explicar ou legitimar as primeiras (VAN DIJK, 2015, p. 33).

A definição de racismo vai além da ideologia racista. De acordo com Van Dijk (2008), trata-se de um sistema social bem complexo de dominação, que envolve fundamentações éticas e questões de desigualdade, além de ser composto por um subsistema social e cognitivo. Esse subsistema envolve práticas sociais de discriminação no nível micro (local) e macro (grupos, organizações, instituições dominantes).

Estes últimos mantêm relações de abuso discursivo de poder praticado pelas elites simbólicas, isto é, mantêm relações de dominação. O autor esclarece que a manipulação é um fenômeno social, porque a interação e abuso de poder ocorrem entre grupos e atores sociais por causa da posição social que ocupam, e é também um fenômeno cognitivo porque exerce influência nas mentes das pessoas, por meio da escrita, fala ou imagens (VAN DIJK, 2008, p. 236).

As elites simbólicas são elites que literalmente têm tudo 'a dizer' na sociedade, assim como suas instituições e organizações. Seus membros podem ser professores, jornalistas, acadêmicos, políticos, escritores, etc. (VAN DIJK, 2008, p. 237).

O racismo não nasce com o homem, mas é aprendido e legitimado por meio do discurso: As ideologias e os preconceitos éticos não são inatos e não se desenvolvem espontaneamente na interação étnica. Eles são adquiridos e aprendidos, e isso naturalmente ocorre através da comunicação, ou seja, através da escrita e da fala. E vice-versa: essas representações mentais do racismo são tipicamente expressas, formuladas, defendidas e legitimadas no discurso e podem assim ser reproduzidas e compartilhadas dentro do grupo dominante. Esse é essencialmente o modo como o racismo é “aprendido” na sociedade.

É preciso, então, procurar no texto traços dos discursos que o constituíram e que continuam funcionando, ou seja, cabe ao analista do discurso examinar o dispositivo de enunciação que liga certa organização textual a um lugar social determinado.

Influente são os meios de comunicação de massa para a formação da opinião pública, principalmente quando conseguem atingir um maior número de leitores: Não há dúvida de que, dentre todas as formas de texto impresso, as dos meios de comunicação de massa são as mais penetrantes, se não as mais influentes, a se julgar pelo poder baseado no número de receptores (VAN DIJK, 2008, p. 73).

**Figura 01:** Reprodução Midiática da Narrativa Ideológica das Elites Simbólicas



Fonte: Van Dijk (2008), adaptado pela autora.

A Análise do Discurso pode contribuir para lutar contra a injustiça e em favor de uma sociedade igualitária e justa. O racismo no discurso público pode ser tanto óbvio, bem como sutil, por exemplo, nas onipresentes telenovelas, e os (limitados, estereotipados) papéis de atores negros. Nos relatos da mídia, especialmente sobre crimes. Nos livros escolares que não representam a diversidade étnica do país. Nos meios de comunicação, nos discursos políticos ou acadêmicos adversários à ação afirmativa. O racismo se expressa em todas as práticas sociais, normalmente em muitas formas de exclusão e discriminação e, conseqüentemente, o papel do discurso público é a reprodução do sistema global do racismo, produzido ou controlado pelas elites simbólicas, e reproduzidos na conversação diária entre a população em geral.

A ideologia é uma estrutura cognitiva complexa que controla a formação, transformação e aplicação de outros tipos de cognição social, tais como o conhecimento, as opiniões e as posturas, e de representações sociais, como os preconceitos sociais. Essa estrutura ideológica em si consiste em normas, valores, metas e princípios socialmente relevantes que são selecionados, combinados e aplicados de forma a favorecer a percepção, interpretação e ação nas práticas sociais que beneficiam os interesses do grupo tomado como um todo (VAN DIJK, 2000, p. 48).

Discurso e Manipulação ocorrem quando políticos e a mídia manipulam seus eleitores e leitores por intermédio de algum tipo de influência discursiva ilegítima. Van Dijk (2000) associa manipulação com abuso de poder e atenta para a necessária consciência que esse tipo de controle perpassa inicialmente o controle da mente das pessoas (por meio de crenças, conhecimentos, opiniões e ideologias) para, conseqüentemente, atingir o controle de suas ações. O lugar em que a manipulação se realiza é o discurso, incluindo características não verbais como gestos, expressões faciais, layout de texto, imagens, sons e música.

Retomando a questão do controle social pelas elites simbólicas e as estratégias que estas lançam mão para legitimá-lo, acrescenta-se que os discursos públicos revelam modelos mentais e representações sociais compartilhadas pelas elites que se configuram de acordo com os propósitos, funções ou participantes envolvidos. Dentre essas estratégias, observa-se a estratégia global de “auto apresentação” positiva e outra apresentação negativa” e a polarização “nós” e “eles”.

Van Dijk define os Estudos do Discurso como um movimento científico especificamente interessado na formação de teoria e na análise crítica da reprodução discursiva de abuso de poder, isto é, nas formas de dominação que resultam em desigualdade e injustiças sociais.

Van Dijk aponta que no mundo contemporâneo à escrita e a fala desempenham um papel salutar na reprodução do racismo e lembra que são as elites que controlam em

grande parte o discurso escrito e falado, por exemplo, "em reuniões de gabinete e debates parlamentares, em entrevistas de emprego, em notícias jornalísticas, na publicidade, em aulas, em livros didáticos, em artigos acadêmicos, em filmes ou talk shows" (VAN DIJK, 2000, p. 133).

Desse modo, o discurso desempenha um papel capital para a dimensão cognitiva do racismo, na medida em que as ideologias e os preconceitos étnicos não são inatos e não se desenvolvem espontaneamente na interação étnica. Eles são adquiridos e apreendidos, e isso normalmente ocorre através da comunicação, por meio da conversação cotidiana e dos discursos institucionais (VAN DIJK, 2000).

A partir dessa perspectiva, é interessante ressaltar que a Análise do Discurso se constitui de trabalhos das ciências humanas e sociais que se preocupam com o abuso de poder, ou seja, as formas de dominação resultantes da reprodução discursiva a partir do abuso de poder e da desigualdade social. Nesse sentido, o método procura, especificamente, contribuir para a apoderação social dos grupos dominados, explicando as estruturas do discurso na interação e na estrutura social. Com isso, Van Dijk (2000) explica que o discurso não é analisado apenas como um objeto verbal autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, histórica ou política.

### **Marielle Franco e o Racismo Discursivo**

O campo jornalístico-informacional se apresenta como um dos espaços mais importantes a ser ocupado pelo discurso, no sentido de atingirem a dimensão pública dos debates e se constituírem como referente social, especialmente nos casos das questões relativas ao racismo. Para Van Dijk (1991) o papel da imprensa na reprodução do racismo na sociedade não pode mais simplesmente ser avaliado listando temas estereotipados ou dando exemplos de tendências óbvias contra as minorias (embora no Brasil, segundo dados do IBGE (2014), negros e pardos representam a maioria da população, cerca de 54%).

A começar pelo título da reportagem publicada na versão online do jornal norte-americano *The Washington Post*, de 23 de março de 2018, coluna *Global Opinions*, que será o recorte deste trabalho. Revela-se o cenário de desesperança da população negra através da representação do assassinato de Marielle Franco num cenário de potencial enfrentamento do racismo brasileiro. Estes entre outros símbolos e significados serão explorados no decorrer deste trabalho.

A Análise do Discurso permite por meio da integração de diferentes disciplinas, estudar como as estruturas de poder, dominação e desigualdade dentro de uma sociedade são reproduzidas através do texto e da fala.

A importância da Análise do Discurso para o estudo do racismo na mídia se dá principalmente por três razões: a) a natureza do racismo nas sociedades ocidentais atuais, nas quais existe igualdade legal, mas persiste a discriminação social enraizada; b) o alcance da grande mídia e seu papel fundamental na reprodução do racismo, sua condição de espaço de disputa de poder, e, frequentemente, a inexistência de fontes alternativas de informação acessíveis à maior parte da população; e (c) a existência de expressões mais ou menos sutis de racismo e de estratégias de construção positiva do próprio grupo, o que exige uma análise atenta dos mecanismos linguísticos utilizados. Van Dijk se destaca por estabelecer uma ligação entre elementos textuais e estruturas sociais para o tema do racismo, facilitando a identificação de mecanismos muitas vezes implícitos no texto, com o auxílio da sociocognição.

**Figura 02:** Manchete do Jornal *The Washington Post*, 23 de março de 2018.



Fonte: Adaptado pela autora.

**E1: After Marielle Franco's murder, I'm not hopeful for black Brazilians.**

No primeiro excerto, aqui denominado, **E1**, a manchete diz: “Após assassinato de Marielle Franco, não há esperança para os negros brasileiros”. Neste sentido, o assassinato da vereadora Marielle Franco não significou apenas mais um número para as estatísticas do negro brasileiro. Ele traz representações, uma vez que Marielle era uma negra que adentrou ao cenário político brasileiro, advinda de classes menos privilegiadas e até marginalizadas, ela representava o negro em um lugar de poder, em posição de decisão, com destaque e voz na sociedade brasileira. Porém a manchete revela a desesperança e o anúncio de tempos

sombrios para a população negra. Juntamente com a imagem de uma mulher idosa, negra, com olhar aflito, triste e cansado, segurando um jornal brasileiro que contém uma foto de Marielle Franco, retratada na imagem com olhar altivo e uma mão anônima empunhando uma arma apontada diretamente para a vereadora (fim simbólico do negro em espaços de poder). Segundo Van Dijk (1991) a eliminação de algumas categorias também pode ter implicações ideológicas. Por exemplo, na apresentação dos eventos e nos comentários finais é comum existir um elemento de complicação seguido por uma resolução. Porém, em estudos empíricos de Van Dijk (1991) sobre a mídia em Amsterdã, na maioria das notícias sobre minorias étnicas a categoria resolução estava ausente, deixando implícito que não existe solução para o problema apresentado.

A análise do discurso pela perspectiva de Van Dijk acrescenta ainda considerações fundamentais para nossa análise:

As manchetes sobre minorias étnicas são frequentemente restritas a eventos como problemas sociais, caracterização cultural, complicações e caracterizações negativas, ameaças, crimes e violência. Os pontos negativos do “nós” raramente recebem ênfase na formação de manchetes, especialmente quando se trata do “nosso” racismo, que é um grande tabu (VAN DIJK, 2008, p.35).

O discurso é organizado por um esquema abstrato, de acordo com o contexto em que ele está sendo empregado, compondo a superestrutura. A forma convencional de organizar o discurso em uma notícia de jornal, por exemplo, é composta por um resumo (manchete e subtítulo), eventos recentes, eventos históricos, reações verbais e comentários (VAN DIJK, 1991).

Tópicos de crime e violência, por exemplo, não são simplesmente apresentados como tais, mas sim como crime negro e violência negra. Muitos tópicos que poderiam ser cobertos como o são para brancos são irrelevantemente culturalizados, atribuindo a eles dimensões especiais que recebem tratamento diferente da mídia. Isso significa que implicações ideológicas racistas podem ocorrer não apenas porque pouco está sendo dito, como no caso das pressuposições implícitas, mas também porque muitas coisas irrelevantes estão sendo ditas (VAN DIJK, 1991).

Por essa razão, o foco de Van Dijk é estudar as manifestações mais sutis de racismo, aquelas que as elites se recusam em chamar de racistas, ao invés das manifestações mais abertas, que são tidas como o real racismo, mas que não são socialmente aceitas ou respeitáveis (VAN DIJK, 1991, p. 11).

Esse olhar sobre o racismo que se limita a posições e atitudes explícitas e radicais favorece as elites ao negar seu próprio racismo e as exclui como parte do problema. No entanto, história do racismo ocidental e pesquisas sobre as experiências de grupos

minoritários mostra que as formas de racismo praticadas pelas elites são mais sérias por gerarem consequências mais significativas.

**E2: The story I'm about to tell you is shocking, especially if you are sitting anywhere in Europe, North America or even in most of Africa. But in the country, it took place, it happens pretty much every day.**

No excerto E2 da mesma reportagem, o jornalista chama atenção para o fato de que no Brasil, temas como este (assassinato de negros) fazem parte do cotidiano e acontecem quase todos os dias sem maior alarde e preocupação por parte da população de um modo geral, algo quase banal, mas que pode ser chocante em países da Europa, América do Norte ou mesmo em alguns países da África. Denunciando o descaso da sociedade brasileira com a morte de negros e pobres da (ou na) periferia. Porém o que mais chama atenção neste discurso é afirmar que estes países (público alvo do jornal) se sentiriam “chocados” com esta notícia. É muito importante frisar, por exemplo, que países como os Estados Unidos, França, África do Sul, são países com fortes problemas de cunho racial e até religioso, a herança escravocrata norte-americana, o *apartheid* na África do Sul, logo, obviamente eles não se chocariam, uma vez que este cenário também faz parte do noticiário policial nos países supracitados. Vide o encarceramento massivo de negros e latinos nos EUA e a violência policial direcionado a negros. De modo que o discurso já se inicia com elementos que caracterizam o racismo. Van Dijk discorre sobre esta questão. Ele afirma que muitas práticas de racismo cotidiano precisam ser explicadas discursivamente, tendo em vista o papel do discurso na reprodução dessas práticas (VAN DIJK, 2008).

Nessa perspectiva, em uma relação fundamentalmente discursiva, que deriva do funcionamento de uma memória interdiscursiva atravessada pelo condicionamento histórico de práticas que atualizam o racismo, ainda que revestido de nova aparência (VAN DIJK, 2008). O jornal discute o racismo através de uma fórmula, que é definida como um conjunto de formulações que, pelo seu emprego em um momento e em um espaço público dado, cristalizam questões políticas e sociais (KRIEG-PLANQUE, 2010).

A fórmula discursiva apresenta uma situação em que há um significante partilhado, mas com seu significado disputado. É porque se constitui num “problema” ao funcionar como portadora de um valor de descrição dos fatos políticos e sociais que a fórmula torna-se objeto de polêmicas variadas. Segundo Krieg-Planque:

A fórmula é portadora de questões sócio-políticas. (...) põe em jogo os modos de vida, os recursos materiais, a natureza e as decisões do regime político do qual os indivíduos dependem, seus direitos, seus deveres, as relações de igualdade ou de

desigualdade entre cidadãos, a solidariedade entre humanos, à ideia que as pessoas fazem da nação de que se sentem membros (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 100).

**E3: It is about a gay black woman born in a favela in Brazil being gunned down in the streets of Rio de Janeiro after attending an event for women of color. It is also about racist police force and state machine hellbent on shutting down dissent, especially if it comes from people with a darker hue.**

Em E3, há uma descrição de Marielle Franco como uma mulher negra, homossexual, da periferia, assassinada a tiros nas ruas do Rio de Janeiro, após participar de um evento para mulheres negras. E em tom de denúncia, discorre também sobre uma polícia racista e o uso da máquina do Estado para retirar de circulação àqueles que pensam de forma divergente politicamente, ou atrapalham seus planos, especialmente se essas pessoas tiverem a cor da pele escura. Ou seja, valem menos, estão socialmente excluídas.

Outro aspecto importante a ser ressaltado nesta análise é o estilo discursivo. Estilo é o resultado textual de escolhas entre diferentes formas de dizer mais ou menos a mesma coisa usando palavras diferentes ou estrutura sintática diferente. Essas escolhas estilísticas também têm implicações sociais e ideológicas. Por exemplo, o uso da voz ativa ou passiva e do agente da ação implícito ou explícito sugere atribuição de responsabilidade, e pode ser baseado na estratégia de auto representação positiva e representação negativa do outro (“eles” se rebelaram porque “são discriminados”) (VAN DIJK, 1991).

Neste sentido, ao discorrer sobre formas contemporâneas de racismo Van Dijk explora a dimensão discursiva do novo racismo, baseando-se em sua natureza sutil e simbólica.

Portanto, concebe esse racismo como um sistema que possui dois componentes principais: o social e o cognitivo. O componente social consiste nas práticas cotidianas de discriminação, no micronível de análise. E as instituições, organizações, arranjos legais, bem como, outras estruturas sociais, no macro nível. O discurso racista pertence à dimensão institucional. Porém, as práticas sociais estão imbuídas pela dimensão cognitiva, as quais envolvem as crenças, o pensamento, as ideologias, as normas e os valores. Os estereótipos racistas, preconceitos e ideologias são adquiridos e aprendidos, e isso normalmente ocorre por meio da comunicação discursiva, ou seja, escrita e fala. As práticas discriminatórias nas quais as pessoas se engajam, são justificadas, principalmente, pelo pensamento de que os "diferentes" são inferiores, possuem menos direitos, ou prioridades (VAN DIJK, 2008, p. 105).

**E4: It's been a bit over a week since the murder of Marielle Franco, a popular councilwoman born in the sprawling Mare favela in the north of Rio de Janeiro. A fierce feminist and human rights advocate, she was known for speaking truth to power, especially when it came to police brutality committed against the poor.**



No excerto **E4**, Marielle é descrita como vereadora, nascida na favela da Maré, feminista, defensora dos direitos humanos e conhecida por denunciar a brutalidade policial contra a população mais pobre. Neste trecho, a Polícia é descrita como uma Instituição de poder, bruta e que discrimina a população mais pobre. É importante lembrar que os moradores das favelas cariocas (alvo do discurso de Marielle) são em sua maioria negros e pobres, além de ter baixa escolaridade, o que os coloca a margem da sociedade e potencial alvo de abordagem e violência policial. Desta forma, a dominação de um grupo sobre outro possui duas dimensões: a cognitiva e a social. Isso significa que além do controle e acesso privilegiado a recursos sociais valiosos, os grupos dominantes também podem controlar indiretamente as mentes de outros. Por meio do controle da informação, o racismo é reproduzido com o fim de legitimar e manter a posição de dominação do grupo branco (VAN DIJK, 1991).

Em suma, entre os discursos em **E3** e **E4**, a análise permitiu identificar dois principais posicionamentos:

(a) Em **E3**, um posicionamento que apresenta Marielle Franco como representante dos indesejáveis sociais (mulher, negra, homossexual, oriunda da favela). Que denuncia o racismo tanto na Polícia quanto no Estado.

(b) Em **E4**, um posicionamento que apresenta Marielle em posição de força e liderança.

É apresentada como vereadora (posição de poder), feminista e defensora dos direitos humanos. Encontra-se neste excerto não como oprimida, mas na posição de defensora destes e já inserida no contexto político-institucional, cumprindo sua agenda combativa. Neste excerto há de fato o relato da violência policial contra pobres.

Ou seja, o primeiro torna público as injustiças cometidas pela ação do Estado e da Polícia (como Instituições), as desigualdades sociais e o racismo. E o segundo expõe os efeitos das ações das Instituições com esta mentalidade junto à sociedade. Como se a brutalidade policial relatada em **E4** fosse produto do Racismo denunciado em **E3**. Ou seja, este discurso revela relações de Poder.

Para compreendermos as relações de poder expressas no discurso em análise, vamos recorrer ao conceito de poder proposto por Van Dijk (2000) que se relaciona ao controle, ou seja, é a habilidade de controlar as ações e mentes de outros. Neste sentido, o poder social, que sustenta a estrutura de uma sociedade, somente pode ser entendido em termos de grupo, de maneira que nem todos os membros individuais de um grupo dominante são

necessariamente mais poderosos do que todos os membros de um grupo dominado. A base do poder social é o acesso privilegiado a recursos escassos, entre eles o acesso à comunicação e às diversas formas de discurso público. Uma elite pode ter mais ou menos acesso a cada tipo de recurso, bem como o poder pode ser de diferentes tipos (coercitivo, econômico, de informação, entre outros).

**E5: Franco's murder, of course, didn't happen in a vacuum. It occurred in one of the most unequal societies in the world (...) where only 10 percent of congress members are black, despite Brazil's being majority black or mixed.**

Em E5, destaca-se que o Brasil é um país com grande desigualdade social, pouca representatividade do negro em posições políticas, embora seja a maioria da população. E mais uma vez é necessário à compreensão da discussão dos espaços de poder nessa sociedade que embora possua maioria negra, tem pouca representatividade no meio político (onde ocorre a tomada de decisão para mudança), de modo que há uma manutenção das desigualdades sociais, que atuam na conservação dos negros em seus papéis pouco representativos do ponto de vista do poder.

Para Van Dijk (1991), o discurso racista pode ser dividido em duas modalidades: “dirigido ao outro” etnicamente diferente ou “sobre o outro” etnicamente diferente. O discurso racista “dirigido ao outro” implica na interação direta entre indivíduos do grupo dominante e do grupo contra o qual o racismo é dirigido. Já o discurso racista “sobre o outro” tem como principal função a persuasão intragrupo, isto é, a reprodução das crenças e valores que compõem as bases ideológicas e sócio cognitivas e permitem a manutenção do sistema de dominação racista de um grupo sobre outro.

Neste contexto é possível compreender como ocorre a manutenção deste sistema de dominação sobre o outro:

Os atores sociais mais poderosos são aqueles que possuem os meios e recursos para influenciar as ações e mentes de outros. Tal controle é tipicamente exercido pelo fornecimento de informação limitada, errada ou enviesada sobre determinado evento para recipientes que não possuem acesso a fontes alternativas de informação e que, generalizando a partir desse modelo, formarão novos modelos mentais enviesados reproduzindo percepções e ações de acordo. A dominação discursiva, portanto, pode ser definida como o controle comunicativo do conhecimento, crenças e opiniões daqueles que possuem poucos recursos e fontes alternativas para se opor a tal influência” (VAN DIJK, 1991, p. 101).

**E6: But at the crux of it all is the never-ending war on drugs, a war that takes place predominantly in Rio's 763 favelas, where nearly a quarter of the city's population (most of them black people) lives.**

Neste trecho a revista cita como o cerne da questão a constante política de “guerra às drogas” que ocorre nas favelas do Rio de Janeiro, onde a maior parte da população que vive nestas favelas é negra. Utilizaremos a seguir o entendimento do sociólogo francês Loic Wacquant a respeito desta questão.

But the war on drugs is not just about peace and order, and security (maybe for select members of the population). It fits well in a social-economic agenda that has no place for the poor, our own “wretched of the earth”, and is underpinned by an economic system that kills off (literally and figuratively) those who could not survive the free market jungle. From news reports, the victims’ profile would tell us that they belonged mostly to the urban underclass, the slum dwellers, even if the number of those killed would vary even from official government sources. It is a system, which privileges the middle class and the rich who can survive and provide for themselves, “rewards individual responsibility,” but punishes those who fall into the cracks. Below the cracks there are no more safety nets (WACQUANT, 2009, p.75).

Por trás da política de guerra as drogas, há um foco do Estado operado pela polícia que criminaliza os excluídos do sistema, que tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil são os mais pobres, e em ambos os países a maior parte da população pobre e excluída é negra ou parda. Por motivos socioeconômicos essa “guerra às drogas” se reproduz se fortalece e não tem fim.

**E7: But those who face police brutality and put up with a corrupt state on a daily basis are not hopeful. Not today. Today there is fear and a sense that no matter what we do, we will always be devalued and discarded. Franco had a national platform; she was educated; she no longer lived in a favela. She had made it. And yet, her life was brutally ended, simply for doing what she was elected to do.**

Novamente neste excerto, temos a narrativa de que não há solução, desencorajando qualquer tipo de ação e trazendo a idéia de “aceite seu destino”, embora ao observar os elementos textuais que servem a estratégia racista, verificamos que a perspectiva do discursante pode aparecer em diversos aspectos, como coerência local e global, estilo léxico, estrutura semântica e estratégias argumentativas. Ao considerar os elementos mais relevantes e recorrentes do discurso racista. Mas também há nesta narrativa a existência clara de poder, exercida pela força policial, pelo Estado corrupto aqui descrito e o próprio poder não perceptível da mídia na reprodução desta narrativa. Então recorreremos a Foucault para analisar melhor este fenômeno e seu contexto:

Trata-se de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam. Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício (FOUCAULT, 1979, p.182).

No que se refere ao poder, direito e verdade, sob a análise de Foucault, existe um triângulo em que cada item mencionado (poder, direito e verdade) se encontra nos seus vértices. Nesse triângulo, o filósofo vem demonstrar o poder como direito, pelas formas que a sociedade se coloca e se movimenta, ou seja, se há o rei, há também os súditos, se há leis que operam, há também os que a determinam e os que devem obediência. O poder como verdade vem se instituir, ora pelos discursos a que lhe é obrigada a produzir, ora pelos movimentos dos quais se tornam vitimados pela própria organização que a acomete e, por vezes, sem a devida consciência e reflexão.

Foucault ao analisar as instituições a partir do dispositivo panóptico, de vigilância e invisibilidade, baseia-se em três elementos arquitetônicos: espaço fechado, divisão em celas e torre central. Desse modo, da torre é possível enxergar as celas, muito embora das celas não seja possível enxergar quem está na torre e nem tampouco em outras celas. Assim destaca Foucault (2008), o panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens. O panoptismo é, portanto, um dispositivo invertido do espetáculo, shows, circo, poucos assistem ao que acontece com a multidão.

Segundo Foucault (2008), o panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder. Foucault (1979) explica que os “discursos de verdade” da sociedade, por meio de sua linguagem, comportamento e valores, são relações constituídas de poder e, portanto, aprisionam os sujeitos, como destaca em seu texto. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade, isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros, os meios pelo qual cada um deles é sancionado, as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro. Para tanto, Foucault vê na linguagem uma forma já constituída na sociedade, e por esse motivo, os discursos já circulam por muito tempo. Analisando os próprios discursos, vemos se desfazer os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar um conjunto de regras, próprias da prática discursiva (FOUCAULT, 1985, p.56).

### **Análise e Discussão**

As relações entre raça e polícia ao longo da narrativa empregada na reportagem do jornal *The Washington Post* respalda-se em uma nuvem de palavras, que expressa a essência da reportagem. A partir da nuvem de palavras, podemos inferir que há indícios de racismo segundo a visão de Teun Van Dijk. Racismo disseminado pelas elites simbólicas, e a







Infere-se da análise comparativa das nuvens de palavras que, o jornal *The Washington Post* apresenta em seu discurso jornalístico ideologias que relacionam raça (*black*) e polícia (*police*) e essas informações são disseminadas em seu periódico. É importante frisar que se trata de nuvens muito semelhantes, porém de cadernos distintos, a primeira nuvem é da coluna Mundo e a segunda da Coluna Opinião.

Quando comparado aos outros jornais presentes no Corpus (parte superior do Quadro 01) considerando que todos abordem o mesmo tema (assassinato da vereadora Marielle Franco), percebe-se que não há na nuvem de palavras do jornal *The New York Times* correlação direta entre raça e polícia. O *The New York Times* possui a palavra assassinato (*killings*) como a mais citada e a palavra negro (*black*) vem apenas em segundo plano, a palavra polícia (*police*) aparece em terceiro plano, juntamente com violência (*violence*), direitos (*rights*), mulher (*women*) e intervenção declarada (*statement intervention*). De um modo geral o *The New York Times* abordou o evento de maneira mais imparcial.

Para enriquecer nossa análise comparativa trazemos o jornal britânico *The Guardian*, que traz como palavra mais citada em sua nuvem a palavra polícia (*police*), favela da maré e Rio. Entretanto não há qualquer menção ou associação com raça ou cor da pele. Fortalecendo os indícios de que o jornal *The Washington Post* carrega em sua linha editorial a disseminação de ideologias das elites simbólicas. Analisaremos em seguida as manchetes e as imagens de capa das reportagens presentes em nosso *corpus* de pesquisa.

**Quadro 02:** Manchetes dos jornais *The New York Times*, *The Guardian* e *The Washington Post*, março de 2018.

<p>Killing of Rio de Janeiro Councilwoman Critical of Police Rattles Brazil. Coluna Mundo Foto de Capa <i>The New York Times</i>, 15 de março de 2018.</p>  <p>The screenshot shows the top of a New York Times article. The headline reads 'Killing of Rio de Janeiro Councilwoman Critical of Police Rattles Brazil'. Below it is a sub-headline 'Coluna Mundo' and 'Foto de Capa'. The main image is a portrait of Marielle Franco speaking at a podium. The byline is 'By Ernesto Londono' and the date is 'March 15, 2018'. The text below the image says 'RIO DE JANEIRO — On the eve of her killing on'.</p>	<p>Marielle Franco: Brazil's favelas mourn the death of a Champion. Coluna Mundo Foto de Capa <i>The Guardian</i>, 18 de março de 2018.</p>  <p>The screenshot shows the top of a Guardian article. The headline reads 'Marielle Franco: Brazil's favelas mourn the death of a Champion'. Below it is a sub-headline 'Coluna Mundo' and 'Foto de Capa'. The main image is a portrait of Marielle Franco. The byline is 'Dispatch' and the date is '18 de março de 2018'. The text below the image says 'The shooting of a black, gay councillor has dealt a new blow to communities oppressed by gangs'.</p>
<p>A <u>black female</u> politician was gunned down in Rio. Now she's a global symbol. Coluna Mundo Foto de Capa <i>The Washington Post</i>, 19 de março de 2018.</p>  <p>The screenshot shows the top of a Washington Post article. The headline reads 'A black female politician was gunned down in Rio. Now she's a global symbol.' Below it is a sub-headline 'Coluna Mundo' and 'Foto de Capa'. The main image is a group of people protesting. The byline is 'By Anthony Faola and Marina Lopes' and the date is 'March 19'. The text below the image says 'Demonstrations rally for a second consecutive day last Friday to mourn Marielle Franco, a Rio de Janeiro councilwoman, black rights activist and outspoken critic of police brutality who was fatally shot in an assassination-style attack in the city on March 14. (Lianne Milroy/For The Washington Post)'.</p>	<p>After Marielle Franco's murder, I'm not hopeful for <u>black Brazilians</u>. Coluna Opinião Global <i>The Washington Post</i>, 23 de março de 2018.</p>  <p>The screenshot shows the top of a Washington Post article. The headline reads 'After Marielle Franco's murder, I'm not hopeful for black Brazilians'. Below it is a sub-headline 'Coluna Opinião Global'. The main image is a person holding a newspaper with Marielle Franco's name on it. The byline is 'By Felipe Araujo' and the date is 'March 23, 2018 at 12:00 PM'.</p>

**Fonte:** Corpus da pesquisa (elaborado pela autora).

A análise do corpus levanta questões práticas importantes para nosso trabalho e nos ajuda a compreender comparativamente como de fato ocorre à disseminação da mensagem que carrega uma ideologia por trás da notícia cotidiana. Revelando o controle exercido pelas Elites Simbólicas.

Esse controle pode ser realizado em uma situação comunicativa nos meios de comunicação, por meio dos atos de fala, ao utilizar estruturas discursivas na

elaboração de notícias. É interessante salientar que, ao construir uma notícia, os editores decidem quais são os tópicos mais relevantes para serem abordados de acordo com sua ideologia. Dessa forma, a maneira como a notícia é elaborada pode desinformar mais do que informar ao ser priorizado, somente, os aspectos negativos dos atores sociais (VAN DIJK, 2008, p. 32).

Os jornais *The New York Times* e *The Guardian*, além de trazer a personagem Marielle Franco estampada em suas fotos de capa, não fazem menção direta a raça em suas manchetes principais. Ao contrário do jornal *The Washington Post*, que além de não trazer Marielle nas capas, enfatiza o tom racial nas manchetes. Mas estas manifestações não acontecem por acaso. Segundo Van Dijk (2008) as estruturas discursivas podem influenciar os modelos mentais da sociedade, modificando sua ideologia, por meio da manipulação. Isso acontece por meio da repetição do discurso sobre eventos similares ao representar negativamente os atores sociais.

Esses grupos poderosos controlam simultaneamente o modelo de contexto e de situação da sociedade, o que afeta a cognição pessoal e social, influenciando suas atitudes, ideologia e conhecimento. Ressalta que a cognição pessoal e social, assim influenciada, pode controlar as ações sociais que são consistentes com os interesses de grupos poderosos em geral e das elites simbólicas. E, assim construir ou influenciar os modelos mentais de eventos, generalizando estereótipos (VAN DIJK, 2008, p. 113).

Segundo Van Dijk (2008) os líderes dos grupos dominantes, aqueles que determinam a direção ideológica, estabelecem a linha editorial nas mídias, desenvolvem os currículos dos livros didáticos e da educação, bem como formulam as prioridades da pesquisa acadêmica ou investigação judicial.

Uma análise mais aprofundada da dominação, definida como abuso de poder, requer acesso especial ou controle sobre recursos sociais escassos. Um desses recursos é o acesso preferencial à mídia de massa e ao discurso público, um recurso compartilhado por membros de elites "simbólicas", como políticos, jornalistas, acadêmicos, escritores, professores e assim por diante (Van Dijk, 1991). Obviamente, para poder manipular muitos outros através do texto e da fala, é necessário ter acesso a alguma forma de discurso público, como debates parlamentares, notícias, artigos de opinião, livros didáticos, artigos científicos, romances, programas de TV, publicidade, a internet e etc.

Assim Van Dijk (2008) introduziu um critério contextual que os destinatários da manipulação, como uma forma de abuso de poder, podem ser definidos como vítimas, e isso significa que, de alguma forma, precisam ser definidos como carentes de recursos cruciais para resistir, detectar ou evitar a manipulação. Necessariamente, isso pode envolver:

(a) Falta de conhecimento relevante, de modo que nenhum contra-argumento possa ser formulado contra afirmações falsas, incompletas ou tendenciosas.



(b) Normas, valores e ideologias fundamentais que não podem ser negadas ou ignoradas.

(c) Emoções fortes, traumas, etc., que tornam as pessoas vulneráveis.

(d) Posições sociais, profissões, status, etc., que induzem as pessoas a tenderem a aceitar os discursos, argumentos, etc. de pessoas, grupos ou organizações de elite.

Ao longo da reportagem, muitos relatos são feitos simultaneamente, um deles fala sobre o próprio autor que se declara negro e vítima de preconceito e embora tenha um tom de denúncia e indignação, é escrito utilizando várias técnicas discursivas que propagam o novo racismo, o racismo sutil e às vezes não intencional proposto por Van Dijk. É importante frisar, que por se tratar de um jornal norte-americano a temática do racismo e violência policial direcionada a negros não lhes causa espanto algum (os EUA são responsáveis pelas maiores taxas de encarceramento, violência policial e índices que colocam os negros e latinos como vítimas sociais constantes) A sessão o qual se encontra este artigo é a *Global Opinions*, que reúne jornalistas do mundo inteiro para trazer contribuições sobre temas de forte impacto internacional. Mas o público deste jornal é majoritariamente branco, residente em países desenvolvidos. De modo que numa posição de hierarquização de poder, estes fazem parte de uma posição superior socialmente. E a mídia segue o seu de papel de informar, mas manipulando nas entrelinhas e direcionando sua ação para a manutenção de privilégios ou dos privilegiados pelo sistema (homens, brancos e de boa posição social). Ela traz a informação, sem trazer grande reflexão sobre a possibilidade de mudança ou sobre a importância do papel do leitor para a mudança desse cenário (existente no mundo inteiro, principalmente em países como EUA, França, Inglaterra e África do Sul, contradizendo o primeiro parágrafo da reportagem). A própria manchete traz a notícia do assassinato e a reflexão de que não tem solução, que não há esperança (aceite o racismo, aceite a violência policial, aceite o Estado corrupto). Esse tipo de discurso midiático, aparentemente em tom inocente e de denuncia pode ser muito nocivo à sociedade.

### **Considerações Finais**

A partir da análise crítica realizada neste artigo foram constatados alguns elementos que caracterizam a reprodução de um novo racismo na reportagem intitulada “*After Marielle Franco’s murder, i’m not hopeful for black Brazilians*” publicada no jornal norte-americano *The Washington Post*. De modo que quando a mídia veicula matérias direcionadas ao negro,

são frequentemente restritas a problemas sociais, aspectos negativos, crime e violência, sempre enfatizando os pontos negativos e direcionando o foco do leitor para o problema e não para a causa ou causadores, revelando uma posição limitada diante da questão. A mídia ao veicular um discurso prioritariamente negativo do ponto de vista do negro, pode estar contribuindo para o reforço de ações generalistas concebidas pelo Estado. No entanto, a posição de que haverá uma piora ou que não há o que se fazer a respeito é bastante clara nessa reportagem, fortalecendo as medidas excludentes e silenciando potenciais formas de mudança, o que é bastante característico do novo racismo, posto que se vale de ações que dizem respeito a um racismo que se expressa de outras maneiras.

Ao analisar os discursos das elites simbólicas e colocar em foco uma reportagem de um determinado jornal online não queremos culpabilizá-los, nem desmerecer o esforço empreendido no tratamento deste tema. Pretende-se apenas alertar que determinadas formas de expor a questão racial, sem considerá-la como um fenômeno histórico e social, colabora com a manutenção do olhar equivocado sobre a temática. Assim, apresentar o assassinato de uma mulher negra e vereadora, sem proporcionar um olhar sobre as relações de gênero, raça e poder, reforça práticas e relações de dominação.

A análise do discurso é uma das possibilidades de resistência a práticas discriminatórias e injustas. A idéia é contribuir com a construção de novos olhares e discursos sobre raça, em especial ao negro brasileiro. Além de ampliar os discursos diante da temática, e incluir o discurso das pessoas a quem as ações são dirigidas. É importante que não se predomine apenas o saber das elites simbólicas. Esse é apenas um dos caminhos na luta contra o novo racismo.

## Referências Bibliográficas

ARAÚJO, F. “After Marielle Franco’s murder, I’m not hopeful for black Brazilians”, 2018. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/news/global-opinions/wp/2018/03/23/after-marielle-francos-murder-im-not-hopeful-for-black-brazilians/?noredirect=on&utm\\_term=.898cfae7093d](https://www.washingtonpost.com/news/global-opinions/wp/2018/03/23/after-marielle-francos-murder-im-not-hopeful-for-black-brazilians/?noredirect=on&utm_term=.898cfae7093d). Acesso em: 08 jun. 2018.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa nacional de amostra de domicílio 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

FAIOLA, A.; LOPES, M. “A black female politician was gunned down in Rio. Now she’s a global symbol.”, 2018. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/the-americas/a-black-female-politician-was-gunned-down-in-rio-now-shes-a-global-symbol/2018/03/19/98483cba-291f-11e8-a227->

[fd2b009466bc\\_story.html?noredirect=on&utm\\_term=.2cfa0c0c8720](https://www.nytimes.com/2018/03/15/world/americas/killing-of-rio-de-janeiro-councilwoman-critical-of-police-rattles-brazil.html). Acesso em: 08 de jun.2018.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

KRIEG-PLANQUE, A. **A noção de fórmula em Análise do Discurso**: quadro teórico e metodológico. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

LONDOÑO, E. “Killing of Rio de Janeiro Councilwoman Critical of Police Rattles Brazil.” 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/03/15/world/americas/killing-of-rio-de-janeiro-councilwoman-critical-of-police-rattles-brazil.html>. Acesso em: 08 de jun.2018.

PHILIPS, D. “Marielle Franco: Brazil’s favelas mourn the death of a Champion”, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/mar/18/marielle-franco-brazil-favelas-mourn-death-champion>. Acesso em: 08 jun. 2018.

VAN DIJK, T. A. A. **Racism and the press**. London: Routledge, 1991.

\_\_\_\_\_. New(s) racism: a discourse analytical approach. In: COTTLE, S. **Ethnic minorities and the media**: changing cultural boundaries. Philadelphia: Open University Press, p. 33-49, 2000.

\_\_\_\_\_. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

WACQUANT, L. **Punishing the poor**: The Neoliberal Government of Social Insecurity. Durham: Duke University Press, 2009.

## **CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS, RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS E CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE**

### **3.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O propósito desta dissertação foi de identificar formas de Racismo Institucional presentes em nossa sociedade e seu forte impacto nas ações de Segurança Pública no Brasil. Sugerindo reflexões úteis para criação de estratégias e mecanismos para mitigar ações que venham a impactar negativamente os negros, pobres e de baixa escolaridade, público que já faz parte da maioria das estatísticas associadas às ações de Segurança Pública no Brasil.

Acredita-se que a escolha pelo método qualitativo, com pesquisa bibliográfica e documental aliada ao método de Análise Crítica do Discurso, nos ajudou a elucidar os objetivos propostos, de modo que os resultados apontaram para novas formas de racismo, entre elas, o Racismo Discursivo, e a disseminação desta ideologia a partir dos meios de comunicação, através dos formadores de opinião que contribuirão na manutenção de valores, idéias e na formação cultural, que associa indivíduos da raça negra a pessoas subalternas, perigosas e violentas.

Por fim, acredita-se que os resultados deste trabalho atentem as autoridades para a iminente necessidade de discutir novos parâmetros de enfrentamento dos assuntos afetos à Segurança Pública no que diz respeito ao perfil social e racial destes indivíduos, objetivando garantir a efetividade da lei de proteção à vida e a outros direitos fundamentais, hoje violados pela crescente letalidade da população negra.

### **3.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS**

A referida temática é envolta por outros fatores a serem melhor investigados e não esgota seus estudos com a conclusão deste trabalho, ao contrário, instiga à realização de novos trabalhos sob um outro enfoque, dentre os quais, sugere-se abordar, a respeito:

- a) Da relação entre a cobertura midiática e a sensação de insegurança no Brasil;
- b) Do aumento da Sensação de Insegurança reproduzida pela mídia e o mercado de segurança privada;
- c) Do perfil de treinamento do Policial brasileiro na identificação do “elemento suspeito” ou alvo de abordagem policial;

d) Da relação entre a ausência do Estado em áreas de periferia e o crescimento da criminalidade.

### **3.3 CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE**

As reflexões advindas desta dissertação produziram contribuições efetivas junto à sociedade e no contexto da Segurança Pública. Foi realizada apresentação de artigo científico no Encontro de Administração da Justiça - ENAJUS, na Universidade de Brasília, entre os dias 24 e 25 de abril de 2018, para um público de advogados, juizes, desembargadores, estudantes de pós-graduação e a comunidade científica em geral presente no evento. Oportunidade de apresentar e debater o artigo intitulado: O Estado Penal e o Encarceramento em Massa na América Contemporânea, que trata do encarceramento em massa norte-americano e suas semelhanças com o encarceramento em massa brasileiro, trazendo a discussão do Racismo Institucional e a legislação penal que encarcera em sua maioria, pardos e negros. Este artigo consta nos anais do evento, tendo sido alvo de grande discussão entre magistrados, servidores do judiciário e demais presentes, com grandes contribuições quanto à temática do Racismo Institucional, tema central desta dissertação. Este trabalho foi selecionado para o evento em avaliação dupla às cegas, por grandes autoridades da linha de pesquisa Administração da Justiça da Universidade de Brasília - UnB. Além da apresentação no evento supracitado, houve a publicação do mesmo, na Revista Sem Aspas - UNESP (Qualis Capes), ampliando a troca de informações e disseminação da temática a comunidade científica e a sociedade como um todo. Os artigos científicos 1 e 2, presentes nesta dissertação, também foram selecionados para capítulos de livros, apresentações em seminários e os comprovantes constam nos anexos. Como uma das principais contribuições para a sociedade vislumbra-se o debate e a discussão da temática, que vai além do discurso acadêmico, mas afeta o dia-a-dia da população de um modo geral, na construção das leis, na abordagem policial e no cenário geral da Segurança Pública brasileira.

## REFERÊNCIAS CAPÍTULO 1

ALVES, M. A., GALEÃO-SILVA, L. G. A crítica da gestão da diversidade nas organizações. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, 44 (3), 20–29, 2004.

Disponível em: <http://doi.org/10.1590/S0034-75902004000300003>. Acesso em: 11 out. 2017.

AMAR, Paul. Táticas e termos da luta contra o racismo institucional nos setores de polícia e de segurança. In: RAMOS, S.; MUSUMECI, L. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 229-281, 2005.

ANDRADE, F. J.; ANDRADE, R. Raça, crime e justiça. LIMA, R., RATTON, J., AZEVEDO, R. (Orgs.) **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de Metodologia Científica**: um guia prático para a produção de conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2006.

BASTOS, J. L., CELESTE, R. K., FAERSTEIN, E., & BARROS, A. J., Discriminação racial e saúde: uma revisão sistemática de escalas com foco em suas propriedades psicométricas (Racial discrimination and health: a systematic review of scales with a focus on their psychometric properties). **Saúde & Transformação Social / Health & Social Change**, 2 (1), 04-16, 2010.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In I. Carone & M. A. S. Bento (Eds.), **Psicologia social do racismo - estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**, pp. 25-58, Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Funasa. **Saúde da população negra no Brasil**: contribuições para a promoção da equidade. Brasília, 2005.

CALDEIRA, T.P.R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CERQUEIRA, D. R. C.; MOURA, L. R. **Vidas perdidas e racismo no Brasil**. 2014. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais/article/view/6320/4137>. Acesso em: 22 abr. 2017.

CHARÃO, Daniel. **O encarceramento do Negro**. TCC - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016.

CONCEIÇÃO, E. B. **A Negação da Raça nos Estudos Organizacionais**, Nº 33, EnANPAD, São Paulo, 2009.

CRI. **Articulação para o Combate ao Racismo Institucional**. Identificação e abordagem do racismo institucional. Brasília: CRI, 2006.

DE FARIA, Guélmer Júnior Almeida; FERREIRA, Maria da Luz Alves; COUTINHO, Caroline Marci Fagundes. **“A condição para quem nasce negra e mulher é ser**

**doméstica?": desigualdade entre mulheres brancas e negras no trabalho doméstico.** Percursos, v. 15, n. 28, p. 354-375, 2014.

GELEDES, Instituto da mulher negra, CFEMEA Centro feminista de estudos e assessoria, **Guia de Enfrentamento do Racismo Institucional**, 2013.

Disponível em: <http://www.geledes.org.br/geledes/o-quefazemos/publicacoes-de-geledes/18611-racismo-institucionaluma-abordagem-teorica-e-guia-de-enfrentamento-do-racismo-institucional>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed., São Paulo: Atlas S.A, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**, Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e Antirracismo no Brasil**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

GUIMARÃES, A. S. A., **Raça, cor e outros conceitos analíticos**. In L. Sansone & O. A. Pinho, **Raça: novas perspectivas antropológicas**, 2ª ed., pp. 63–82, Salvador: EDUFBA, 2008.

HAUGERUD, Angelique, **Public Anthropology in 2015: Charlie Hebdo, Black Lives Matter, Migrants, and More**, AMERICAN ANTHROPOLOGIST, Vol. 118, No. 3, pp. 585–601, SEPT 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Emprego - PME**, 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Boletim de Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, 2007.

LARSON, Eric D, **Black Live Matter and Bridge Building**, Labor Studies Journal, Vol.41 (1), pp.36-66, 2016.

MINAYO, M.C.S., **A violência social sob a perspectiva da saúde pública**, Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, nº10, supl.1, p.7-18, 1994.

MUNUNGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

MYERS, Aaron. **O valor da diversidade racial nas empresas**, Estudos afro-asiáticos, v. 25, nº3, p. 483-515, 2003.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Crimes Contra a Dignidade Sexual**. 5ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 2014.

OLIVEIRA JUNIOR, A., LIMA, V. **Segurança Publica e Racismo Institucional**. Boletim de Análise Político-Institucional do IPEA, 2013.

ONU, **Declaração Final e Plano de Ação**. Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, Viena, 2014.

PERALVA, A. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PERES, M.F.T., **Homicídios, risco e vulnerabilidade: para uma discussão da dinâmica da vitimização por homicídios**, In: Cruz, M.V.G.; Batitucci, E.C. (Orgs.), *Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p.125-39, 2007.

PINHEIRO L., **Retrato das desigualdades de gênero e raça**, 3ª ed. Brasília: IPEA/Unifem, 2008.

PIZA, Edith; BENTO, Maria Aparecida Silva. **O teto de vidro ou o céu não é o limite. Ação afirmativa e diversidade no trabalho**. Desafios e possibilidades. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

REIS, D. B. **A Marca de Caim: as características que identificam o "suspeito", segundo relatos de policiais militares**. Caderno CRH, 36, 181-196, 2002.

ROSA, A. R., **Relações raciais e estudos organizacionais no Brasil**. Revista de Administração Contemporânea, 18 (3), 240–260, 2014. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/19827849rac20141085> Acesso em: 11 out. 2017.

SAMPAIO, E. **O Racismo institucional: desenvolvimento social e políticas publicam de caráter afirmativo no Brasil**. Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 4, nº 6, p. 77-83, 2003.

SANTOS, I. A. **Direitos humanos e as práticas de racismo**, Mimeo, 2012.

SANTOS, M.A.O. **A persistência política dos movimentos negros brasileiros: processo de mobilização à 3ª Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo**, Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, J. A. **Promoção à igualdade racial em 2006 e o Programa de Combate ao Racismo Institucional**, In: JACCOUD, L. (Org.), *A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos vinte anos*, Brasília: IPEA, 147-70, 2009.

SOARES FILHO, A. M. **Análise da mortalidade por homicídios no Brasil**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, 16 (1), 7-18, 2007.

SOARES FILHO, A. M. **Vitimização por homicídios segundo características de raça no Brasil**, Rev. de Saúde Pública, 45 (4), 745-55, 2011.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, 2000.



WACQUANT, Loic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

WASELFISZ, JJ. **Mapa da Violência 2016: Mortes Matadas por Armas de Fogo**, Rio de Janeiro, FLACSO/CEBELA, 2016.

WIEVIORKA, Michel. **O Racismo, uma introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ZALUAR, A. **A integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

**ANEXOS - CARTAS DE ACEITE, CERTIFICADO DE TRABALHO  
APRESENTADO E DIRETRIZES DA REVISTA RUA (QUALIS B1)**



**CARTA DE ACEITE**

**Estimada Mestranda Renata Almeida Danin**

Universidade Federal do Pará

Temos a satisfação de informar que o trabalho em coautoria, intitulado “**RACISMO DISCURSIVO: O CASO MARIELLE FRANCO E A COBERTURA DA MÍDIA INTERNACIONAL**”, foi aceito para integrar a programação do JADIS VIII / CIED III , que ocorrerá de 18 a 19 de outubro de 2018, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), em Portugal.

Solicitamos, por gentileza, que acompanhe as atualizações no website do evento disponíveis em: <http://web4.lettras.up.pt/jadis/>

20 de julho de 2018

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Zilda Gaspar Oliveira de Aquino". The signature is fluid and cursive, with a long horizontal stroke at the end.

Zilda Gaspar Oliveira de Aquino

P/ Comissão Organizadora

# CERTIFICADO DE TRABALHO APRESENTADO



Conferimos o presente certificado de Trabalho Apresentado no **ENAJUS 2018 - Encontro de Administração da Justiça**, realizado em Brasília/DF nos dias 24 a 25 de abril de 2018, a

## **O Estado Penal e o Encarceramento em Massa na América Contemporânea**

**Renata Almeida Danin**

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Edson Ronaldo Guarido Filho", is written over a horizontal line.

**Edson Ronaldo Guarido Filho**  
Comitê Organizador

Realização



INSTITUTO BRASILEIRO DE  
ESTUDOS E PESQUISAS SOCIAIS



Encontro de Administração da Justiça

## Anais EnAJUS 2018

Número ISBN: 978-85-54356-00-2

### **O Estado Penal e o Encarceramento em Massa na América Contemporânea**

**Autora:** Renata Almeida Danin

#### **Informações**

**Sessão 7:** 10h30-12h00 - Sala 109 - Bloco C - Térreo

**Coordenadora:** Santiago Falluh Varella, Pesquisador do International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG), Programa da ONU para o Desenvolvimento (PNUD), Brasil.

#### **Resumo**

No decorrer das quatro últimas décadas a América lançou-se numa experiência social e política sem precedentes. A substituição de um Estado de bem estar social por um Estado penal, no qual a criminalização da marginalidade e a contenção punitiva das categorias deserdadas confundem-se com política social. Enquanto que os programas voltados para as populações vulneráveis foram sempre limitado e isolados do resto das atividades estatais. Dessa forma, a vocação disciplinar se afirma principalmente na direção das classes inferiores e das categorias étnicas dominadas. Veremos através deste paper a conjuntura do aprisionamento afro-americano segundo Loic Wacquant.

#### **Palavras-chave**

Gueto; Encarceramento em Massa; Estado Penal.

---

PDF

[Voltar para Anais EnAJUS 2018](#)

© EnAJUS - Todos os direitos reservados.

## ORGANIZAÇÃO



## APOIO



## CARTA DE ACEITE

Por meio desta e mediante solicitação do autor, a comissão organizadora do **II SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR DE ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**, a ser realizado no dia 22.08.2018, das 8h30 às 21h00, na Escola Superior Madre Celeste, em Ananindeua-PA, em conjunto com o **I SEMINÁRIO INSTITUCIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM**, tem a honra de informar que o trabalho intitulado:

**RACISMO INSTITUCIONAL E SEU REFLEXO NA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA**, cujos autores são Renata Almeida Danin e José Gracildo de Carvalho Júnior.

Foi aceito para publicação, após dupla avaliação às cegas realizada por conselho científico designado para o evento.

A comissão editorial do evento, nos termos do edital, reserva-se à realização de revisões sobre o texto original, bem como, solicitação de informações e ajustes aos autores, que eventualmente surjam ao longo do período de diagramação, revisão e editoração.

Lembra-se, também, que o trabalho deve ser apresentado, no dia 22.08.2018, ao longo do evento, conforme horários e locais de apresentação que serão comunicados em breve aos autores.

Ananindeua, 29 de junho de 2018.

Atenciosamente,

WANDO DIAS MIRANDA

Organizador do Evento

ROBERTO MAGNO REIS NETTO

Organizador do Evento



CAPA	SOBRE	ACESSO	CATEGORIAS	PESQUISA	ATUAL	ANTERIORES	NOTÍCIAS
ESTATÍSTICAS	INDEXADORES	RUA/LABEURB					

Capa > Sobre a revista > **Submissões**

## Submissões

- [Submissões Online](#)
- [Diretrizes para Autores](#)
- [Política de Privacidade](#)

### Submissões Online

Já possui um login/senha de acesso à revista RUA?  
[ACESSO](#)

---

### Diretrizes para Autores

A Revista Rua recebe artigos, produções artísticas e resenhas que serão, após pré-avaliados pelos editores da revista, revistos e aprovados por Assessores ad hoc. As normas para publicação devem ser estritamente seguidas. Os artigos são recebidos em fluxo contínuo e as submissões devem ser feitas pelo e-mail [publabe@unicamp.br](mailto:publabe@unicamp.br). Informações importante para os autores:

- As contribuições devem ser originais e inéditas e apresentarem consistência teórico-metodológica.
- É critério fundamental para a análise a qualidade teórico-metodológica da contribuição.
- Os autores possuem os respectivos direitos autorais (copyright).
- Os autores são os responsáveis pelo conteúdo dos artigos.
- Dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas e a conduta ética, são de inteira responsabilidade dos autores.
- Os artigos submetidos devem ser assinados por doutores ou pós-graduandos e, nesse caso, preferencialmente, por ao menos um autor com o título de doutor. Essa restrição não se aplica à submissão de resenhas e produções artísticas.
- A Revista Rua, não cobra nenhuma taxa por textos publicados e tampouco pelos submetidos para avaliação, revisão, publicação, distribuição ou download.
- Os artigos publicados na Rua, estão licenciados conforme CC BY-NC. Para mais informações sobre essa forma de licenciamento, consulte: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/2.0/br/>.

### Diretrizes para os autores

1. As submissões podem ser encaminhadas em português, espanhol, francês, italiano e inglês;
2. Deve ser encaminhada, junto à contribuição (artigo, resenha, produção artística), declaração de ciência e autorização da publicação, assinada pelo(s) autor(es);
3. Serão avaliados trabalhos submetidos, preferencialmente, por, ao menos, um autor com o título de doutor. A restrição de titulação não se aplica à submissão de resenhas e produções artísticas.
4. A preparação do texto deve obedecer aos seguintes parâmetros: Word for Windows, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5 no corpo do texto, recuo do parágrafo da primeira linha de 1,25cm papel tamanho A4 (21 cm x 29,7 cm), margens esquerda e superior 3,0 cm, direita e inferior 2,0 cm e extensão máxima de 25 páginas, incluindo referências bibliográficas e anexos e/ou apêndices.
5. Os artigos e resenhas devem ter título, resumo com palavras-chaves em língua original e em inglês. O título deve respeitar o limite de 90 caracteres (com espaço para cada um deles). O resumo deve ter, no máximo, 800 caracteres (incluindo espaços) e serão aceitas no mínimo 3 e no máximo 7 palavras-chaves.
6. Citações e referências devem ser incluídas ao final do artigo e elaboradas seguindo as normas da ABNT NBR 6023.
7. O(s) autor(es) deve(m) mencionar sua atividade acadêmica e a universidade ou órgão do qual faz parte, endereço postal e eletrônico. Caso esteja(m) vinculado(s) a um Programa de Pós-Graduação, o nome do Programa e a instituição sede também devem constar das informações;
8. Em caso de artigos com imagens solicitamos que estas, ao serem incluídas no corpo do texto, possuam definição mínima de 72dpi e 500 pixels de largura por 250 pixels de altura nos formatos JPEG, GIF, PNG. As imagens deverão ser acompanhadas de legenda que informem sua fonte (URL, fotografia, e outras informações que designem a origem)
9. As produções artísticas devem atender aos seguintes padrões: imagem (definição mínima de 72dpi e 500 pixels de largura por 250 pixels de altura nos formatos JPEG, GIF ou PNG); áudio (formato WAV ou MP3 que esteja codificado no mínimo em 128kbps de taxa de bits e 44khz de taxa de amostragem de áudio); texto (mesmas diretrizes de artigos e resenhas).
10. Em caso de aprovação, o texto passa por revisão ortográfica e gramatical, com possível contato com os autores para solução de dúvidas. Após revisão e diagramação, os artigos são publicados na edição indicada da revista de acordo com a decisão do Conselho Editorial e seus autores avisados da publicação por e-mail.

---

### Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

---

CC BY-NC

(c) RUA, Campinas (SP) - ISSN 2179-9911

## Ajuda do sistema

## TAMANHO DE FONTE

## IDIOMA



## USUÁRIO

Login Senha  Lembrar usuário

## CONTEÚDO DA REVISTA

## Pesquisa

## Escopo da Busca

Todos 

## Procurar

- [Por Edição](#)
- [Por Autor](#)
- [Por Título](#)
- [Outras revistas](#)
- [Categorias](#)

## ARTIGOS MAIS VISUALIZADOS

> ["Cans de empregada doméstica": Discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil](#)  
2607 Visualizações desde: 13-07-2015

> [Efeitos do verbal sobre o não-verbal](#)  
2364 Visualizações desde: 10-06-2005

> [Subjetividade e história](#)  
2339 Visualizações desde: 10-06-2005

> [Linguagem e sociedade contemporânea - sujeito, mídia, mercado](#)  
2132 Visualizações desde: 07-10-2015

> [A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação](#)  
1960 Visualizações desde: 07-10-2015

> [Paráfrase e polissemia: a flutuação nos limites do simbólico](#)  
1885 Visualizações desde: 07-10-2015

> [Andar a pé: mobilidade urbana e sustentabilidade nas regiões metropolitanas brasileiras](#)  
1588 Visualizações desde: 27-06-2016

> [Do outro lado do muro: regionalidades e regiões culturais](#)  
1182 Visualizações desde: 15-07-2015

> [Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana](#)  
1108 Visualizações desde: 07-10-2015

> [A urbanização de Campinas/SP e a produção de informação nas maiores ocupações da cidade](#)  
1001 Visualizações desde:

## PALAVRAS-CHAVE

Análise do discurso, Estudo de Imagem, Linguagem verbal e não-verbal, Apresentação, construção discursiva, Identidade coletiva, Livros, Contos - Artes, Discurso fundador, Memórias, Casa Grande e Senzala, Espaço urbano -